

ISSN 18078834

BNB

Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste

54

jan/mar - 2018



OBRA PUBLICADA PELO**PRESIDENTE**

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Junior
 Cláudio Luiz Freire Lima
 José Max Araújo Bezerra
 Nicola Moreira Miccione
 Perpetuo Socorro Cajazeiras

**ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS
ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE**

Luiz Alberto Esteves
 Economista Chefe
 Tibério Rômulo Romão Bernardo
 Gerente de Ambiente
 Airton Saboya Valente Junior
 Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas
 Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico
 Luiz Alberto Esteves
 Editor-Chefe
 Tibério Rômulo Romão Bernardo
 Editor-Executivo
 Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica
Alisson David de Oliveira Martins
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
 Produção Agropecuária
Jackson Dantas Coêlho
 Produção Industrial
Liliane Cordeiro Barroso
 Economia Internacional, Produção de Veículos, Serviços,
 Comércio Varejista, Turismo
Airton Saboya Valente Junior
Rodrigo Fernandes Ribeiro
 Mercado de Trabalho
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão
 Comércio Exterior
Laura Lúcia Ramos Freire
 Finanças Públicas e Cesta Básica
Antônio Ricardo de Norões Vidal
 Intermediação Financeira e Índice de Preços
Alisson David de Oliveira Martins
 Estagiário
Rodrigo Fernandes Ribeiro
 Jovem Aprendiz
Yago Carvalho Lima
 Tabulação de Dados
Bruno Gabai
 Revisão
Hermano José Pinho
 Diagramação
Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A**Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste - ETENE**

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo
 Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177 Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica - Edição 54 (Janeiro – Março 2018).
 Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2017

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1. Economia Internacional.....	04
2. Nível de Atividade Econômica	06
3. Produção Agropecuária	10
4. Produção Industrial	12
5. Produção de Veículos.....	17
6. Serviços	19
7. Comércio Varejista	21
8. Mercado de Trabalho	23
9. Comércio Exterior	27
10. Finanças Públicas	33
11. Intermediação Financeira.....	37
12. Índices de Preços.....	39
13. Cesta Básica	41

1. Economia Internacional

De acordo com novas estimativas elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, a economia mundial deverá expandir 3,9% em 2018. Referido desempenho do PIB global decorre predominantemente da expansão mais robusta de economias desenvolvidas, a exemplo dos Estados Unidos, países integrantes da Área do Euro e Austrália, bem como de economias em desenvolvimento, dentre as quais cabe destacar Índia e China. Em 2018, os países desenvolvidos crescerão 2,5% enquanto as nações em desenvolvimento expandirão 4,9%.

O Banco Mundial estima que o comércio mundial deverá incrementar 5,1% em 2018. Os preços dos combustíveis aumentarão 30% no corrente ano. Assim, o preço médio do barril de petróleo deve saltar de US\$ 53 em 2017 para aproximadamente US\$ 70 em 2018, considerando que os Estados Unidos não devem ratificar o acordo nuclear com o Irã. Os preços médios dos minerais e metais crescerão aproximadamente 9% em 2018. Os valores dos produtos agrícolas incrementarão apenas 2%, embora os preços dos cereais devam subir 8%. Registre-se que os produtores brasileiros de soja, inclusive do Nordeste, poderão se beneficiar da introdução de direitos compensatórios impostos pela China aos sojicultores dos Estados Unidos, em resposta às tarifas introduzidas pela nação norte-americana.

Os Estados Unidos têm buscado estabelecer políticas industriais agressivas e protecionistas, e nesse sentido, introduziram uma sobretaxa de 25% nas importações de aço e alumínio, com implicações no Brasil, que é um dos maiores exportadores desses produtos. Essa decisão repercute no Nordeste, pois um quarto da produção da usina siderúrgica da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP é exportado para empresas dos Estados Unidos. As placas de aço da CSP representam atualmente o terceiro item da pauta de exportação do Nordeste.

Em que pese os avanços do PIB e do comércio mundiais em 2018, diferentes especialistas alertam sobre os riscos de colapso do crescimento sustentável com demanda e investimento firmes e redução da desigualdade. Economistas do Banco Internacional de Compensações - BIS alertam que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável tendo em vista a elevada dívida nos mercados financeiros inundados pela liquidez dos bancos centrais dos países pertencentes ao G-7. Além disso, tem-se o risco de um confronto militar entre o Ocidente (Organização do Tratado do Atlântico Norte, Estados Unidos e União Europeia) e o Oriente (Rússia e China). Paralelamente, as elevadas emissões de carbono aumentam o aquecimento global e ameaçam o planeta.

As projeções econômicas para a América Latina ocorrem em um contexto internacional mais favorável em comparação com os últimos anos, em função da elevação dos preços de diferentes commodities, embora persistam importantes incertezas quanto ao protecionismo comercial, em função da dinâmica financeira e considerando os riscos geopolíticos, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB - Mundo e países selecionados - Em %

Países Selecionados	2014	2015	2016	2017 ⁽¹⁾	2018 ⁽²⁾	2019 ⁽²⁾
Mundo	3,6	3,5	3,2	3,8	3,9	3,9
Países Desenvolvidos	2,1	2,3	1,7	2,3	2,5	2,2
Área do Euro ⁽³⁾	1,3	2,1	1,8	2,3	2,4	2,0
Austrália	2,6	2,5	2,6	2,3	3,0	3,1
Canadá	2,9	1,0	1,4	3,0	2,1	2,0
Coréia do Sul	3,3	2,8	2,8	3,1	3,0	2,9
Estados Unidos	2,6	2,9	1,5	2,3	2,9	2,7
Japão	0,4	1,4	0,9	1,7	1,2	0,9
Reino Unido	3,1	2,3	1,9	1,8	1,6	1,5
Países em Desenvolvimento	4,7	4,3	4,4	4,8	4,9	5,1
África do Sul	1,8	1,3	0,6	1,3	1,5	1,7
Angola	4,7	3,0	-0,8	0,7	2,2	2,4
Arábia Saudita	3,7	4,1	1,7	-0,7	1,7	1,9
Argentina	-2,5	2,7	-1,8	2,9	2,0	3,2
Bangladesh	6,3	6,8	7,2	7,1	7,0	7,0
Brasil	0,5	-3,5	-3,5	1,0	2,3	2,5
Chile	1,8	2,3	1,3	1,5	3,4	3,3
China	7,3	6,9	6,7	6,9	6,6	6,4
Colômbia	4,4	3,1	2,0	1,8	2,7	3,3
Índia	7,4	8,2	7,1	6,7	7,4	7,8
Indonésia	5,0	4,9	5,0	5,1	5,3	5,5
Malásia	6,0	5,0	4,2	5,9	5,3	5,0
México	2,8	3,3	2,9	2,0	2,3	3,0
Nigéria	6,3	2,7	-1,6	0,8	2,1	1,9
Peru	2,4	3,3	4,1	2,5	3,7	4,0
Rússia	0,7	-2,5	-0,2	1,5	1,7	1,5
Tailândia	1,0	3,0	3,3	3,9	3,9	3,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do FMI. Notas: (1) Valores estimados. (2) Valores projetados. (3) Média de crescimento para os países da Área do Euro: Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Portugal, Grécia e Espanha.

2. Nível de Atividade Econômica

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto-PIB no Brasil totalizou R\$ 1,6 trilhão no primeiro trimestre de 2018, o que representou crescimento de 0,4% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Verificou-se incremento na Agropecuária (+1,4%) e modesto incremento nos Serviços (+0,1%) e Indústria (+0,1%), como mostra a Tabela 1.

Registre-se que ocorreram duas quedas consecutivas do PIB, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016, amenizadas pelo crescimento de 1,0% em 2017. O desempenho da indústria e dos serviços, por ter maior participação no valor adicionado, foi o principal responsável pelos resultados desfavoráveis, como especifica a Tabela 2.

Nos três primeiros meses de 2018, entre as atividades que compõem o setor industrial, indústrias de eletricidade, gás e saneamento (+2,1%), além de indústrias extractivas (+0,6%) fecharam o trimestre com resultado positivo. Por outro lado, construção (-0,6%) e indústria de transformação (-0,4%) obtiveram variação negativa.

Em relação aos serviços, transportes (+0,7%), outros serviços (+0,6%), atividades imobiliárias (+0,5%), comércio (+0,2%) e serviços públicos (+0,1%) obtiveram crescimento no primeiro trimestre de 2018. Em contraposição, atividades financeiras (-1,2%) e imobiliárias (-0,1%) retraíram-se.

Na análise da demanda interna, os investimentos (+0,6%) e o consumo das famílias (+0,5%) cresceram de janeiro a março de 2018 e, em contraste, os gastos do governo (-0,4%) recuaram. Quanto ao setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 1,3%, enquanto as importações de bens e serviços avançaram 2,5% (Tabela 1).

A diminuição dos gastos governamentais deve-se a uma política fiscal de controle da inflação. O comportamento levemente positivo do consumo das famílias, por sua vez, esteve relacionado com a queda da taxa básica de juros nominal no País e em função dos baixos níveis de inflação registrados nos três primeiros meses do ano.

Contudo, as expectativas de crescimento do PIB são modestas para 2018, aproximadamente 2,0%, conforme o mais recente Relatório Focus do Banco Central. Há quatro semanas, a previsão era de crescimento do PIB era de 2,7%. Em termos setoriais, o PIB do setor agropecuário (+0,5%) deverá registrar moderada expansão, enquanto indústria (+3,0%) e serviços (+2,0%) devem apresentar resultados mais favoráveis.

O cenário político instável e as incertezas eleitorais, os reduzidos níveis de investimentos e os elevados índices de desemprego impedem a economia de se recuperar de forma mais rápida. Além disso, os resultados dos próximos dois trimestres do ano, pelo menos, serão afetados pela greve no setor de transportes rodoviários.

Tabela 1 - Taxas de crescimento trimestral do PIB (1), componentes da produção e da demanda - Em %

Produção e Demanda		2017.I	2017.II	2017.III	2017.IV	2018.I
PIB a preços de mercado		1,1	0,6	0,3	0,2	0,4
Ótica da produção	Agropecuária	11,6	-2,6	-1,8	-0,1	1,4
	Indústria	1,3	-0,4	1,0	0,7	0,1
	Serviços	0,4	0,7	0,5	0,1	0,1
Ótica da demanda	Consumo das famílias	0,2	1,1	1,1	0,1	0,5
	Gastos do governo	0,0	-0,2	-0,3	0,1	-0,4
	Investimento	-0,8	0,4	2,0	2,1	0,6
	Exportações	4,8	1,2	3,6	-0,8	1,3
	Importações (-)	2,3	-2,8	6,5	1,6	2,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): Variação em relação ao período imediatamente anterior.

Tabela 2 - Taxas de crescimento anual do PIB, componentes da produção e da demanda - Em %

Produção e Demanda		2014	2015	2016	2017
PIB a preços de mercado		0,5	-3,5	-3,5	1,0
Ótica da produção	Agropecuária	2,8	3,3	-4,3	13,0
	Indústria	-1,5	-5,8	-4,0	0,0
	Serviços	1,0	-2,7	-2,6	0,3
Ótica da demanda	Consumo das famílias	2,3	-3,2	-4,3	1,0
	Gastos do governo	0,8	-1,4	-0,1	-0,6
	Investimento	-4,2	-13,9	-10,3	-1,8
	Exportações	-1,1	6,8	1,9	5,2
	Importações (-)	-1,9	-14,2	-10,2	5,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Índice de Atividade Econômica do Brasil recuou 0,74% em março de 2018, quando comparado ao mês imediatamente anterior. Por outro lado, referido indicador subiu 1,05% no acumulado dos últimos 12 meses terminados em março de 2018, conforme dados do Banco Central (BACEN). Varejo ampliado (+6,2) e indústria (+2,9%) contribuíram para o mencionado resultado. Por outro lado, os serviços (-2,0%) apresentaram declínio no acumulado de 12 meses até março de 2018.

As cinco regiões registraram variações positivas no Índice de Atividade Econômica no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em março de 2018: Norte (+3,40%), Centro-Oeste (+2,04%), Sul (+1,90%), Nordeste (+1,00%) e Sudeste (+0,77%).

A economia do Nordeste retraiu 0,99% em março de 2018, de acordo com o Índice de Atividade do Banco Central, quando comparado com o mesmo mês de 2017, bem como caiu 1,14% em relação a fevereiro de 2018, na série livre de efeitos sazonais. Quando se avalia o desempenho no acumulado dos últimos 12 meses, observa-se avanço moderado, ou seja, 1,00%. A expansão da produção agrícola e o incremento das vendas do comércio têm contribuído para restaurar o índice de atividade econômica da Região. Por outro lado, a recuperação da indústria tem sido lenta e os serviços seguem em declínio.

Em termos estaduais, o índice de atividade econômica do Ceará subiu 1,01% no acumulado dos últimos 12 meses terminados em março de 2018. Destaque para a indústria, que apresentou aceleração de 3,4%, com nove dos onze ramos investigados apresentando elevação na produção. As principais contribuições positivas foram assinaladas em metalurgia (28,1%) e fabricação de outros produtos químicos (+13,7%). Sob a ótica do comércio varejista ampliado, observou-se crescimento no volume de vendas (+4,0%), especialmente em razão do comportamento de veículos, motocicletas, partes e peças (+11,1%) e das vendas de material de construção (+10,3%). Em contraste, os serviços recuaram 9,1% nesse Estado no período em análise.

Em Pernambuco, o índice de atividade cresceu 0,78% nos últimos 12 meses finalizados em março de 2018. Cabe mencionar a performance do varejo ampliado (+4,1%). Destacaram-se as vendas de materiais para escritório, informática e comunicação (+42,8%) e eletrodomésticos (+27,4%). Por sua vez, os serviços (-5,3%) e a indústria (-2,0%) registraram resultados negativos no período estudado.

O índice de atividade da Bahia apresentou crescimento de 0,93% no acumulado dos últimos 12 meses, fundamentalmente em razão do comércio varejista ampliado, que registrou elevação de 3,3% no volume de vendas. Destaque para a comercialização de eletrodomésticos (+29,8%) e livros, jornais e revistas (+19,8%). O setor industrial baiano apresentou leve crescimento (+0,3%), enquanto que os serviços declinaram 5,0% nessa mesma base de comparação.

A indústria mineira obteve expansão de 0,10% e o comércio varejista ampliado cresceu 4,4%, ambos nos últimos 12 meses até março de 2018, repercutindo positivamente no índice de atividade econômica desse Estado, que subiu 0,41% nessa base de comparação. Em contraste, os serviços declinaram (-2,7%). O índice de atividade do Espírito Santo (+1,92%) avançou no acumulado dos últimos 12 meses, reflexo do comportamento positivo do comércio varejista ampliado (+13,4%), enquanto que recuaram os serviços (-0,7%). A indústria (+0,1%) apresentou leve crescimento.

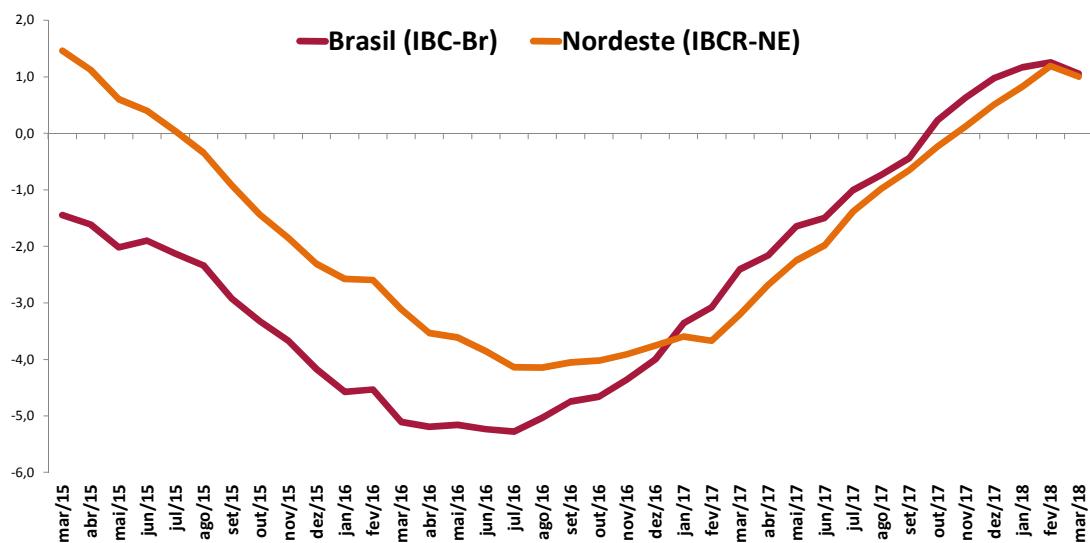
Em síntese, pode-se afirmar que, apesar do resultado mensal negativo, a atividade econômica segue em expansão moderada no Nordeste, em função da lenta recuperação da indústria. Agricultura e comércio varejista ampliado têm registrado desempenho mais favorável, ao contrário do setor de serviços.

Tabela 3 - Variação (%) do Índice de Atividade Econômica do Brasil, Nordeste, regiões e estados selecionados(1)

País/Região/Estado	2015	2016	2017	2018 (1)
Brasil	-4,17	-4,00	0,98	1,05
Nordeste	-1,91	-3,76	0,52	1,00
Bahia	-2,55	-5,55	-0,30	0,93
Ceará	-2,71	-3,56	0,14	1,01
Pernambuco	-4,48	-5,32	0,48	0,78
Sudeste	-2,86	-4,10	-0,12	0,77
Espírito Santo	-1,58	-8,27	1,36	1,92
Minas Gerais	-3,81	-2,64	0,54	0,41

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central. Nota: (1) Refere-se aos últimos 12 meses encerrados em março/2018.

Gráfico 1 - Variação (%) do Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

3. Produção Agropecuária

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, a terceira estimativa para a safra nacional de grãos em 2018 totaliza 229,2 milhões de toneladas, 4,7% inferior à obtida em 2017 (240,6 milhões de toneladas), redução de 11,3 milhões de toneladas (Tabela 1). Em relação à segunda estimativa da safra 2018, divulgada em fevereiro (227,2 milhões de toneladas), estima-se incremento da produção de 0,9%, representando 2,0 milhões de toneladas, em termos absolutos.

A previsão é de redução na produção das principais culturas do País, a exemplo do milho (-12,4%), arroz (-5,5%) e soja (-0,4%). Os três produtos representam, em conjunto, 93,1% da estimativa de produção e 87,2% da área a ser colhida (Tabela 2).

O IBGE considera outras atividades além dos grãos. Parte desses produtos deverá obter expansão, mesmo partindo de uma produção significativa, a exemplo do café (+14,5%, com a produção aumentando para 3,2 milhões de toneladas) e tomate (+1,6%, produção alcançando 4,4 milhões de toneladas).

Vale enfatizar que entre as regiões, a produção de grãos deverá apresentar variação positiva somente no Nordeste, tendo em vista que a regularidade de chuvas nessa Região tem favorecido o desenvolvimento das culturas. O IBGE estima crescimento de 9,3% frente à safra de 2017. O Sudeste apresenta a maior variação negativa, retração de 7,9%, seguida do Norte (-6,3%), Sul (-6,1%) e Centro-Oeste (-5,1%), conforme disposto na Tabela 1.

Apesar do incremento, o Nordeste (19,5 milhões de toneladas em 2018) segue como a quarta maior região produtora de grãos no País. Cabe mencionar nessa Região a expansão da produção de sorgo (+58,1%), mamona (+31,9%), feijão (+23,5%), algodão herbáceo (+17,9%), arroz (+12,3%), soja (+9,1%) e milho (+5,2%), conforme especificado na Tabela 2.

O Centro-Oeste (100,5 milhões de toneladas) lidera por larga vantagem, seguido do Sul (78,8 milhões de t) e Sudeste (22,0 milhões). O Norte (8,3 milhões) permanece no quinto posto.

Dentre os estados do Nordeste, a estimativa é de crescimento de safra em 2018 em cinco unidades federativas: Paraíba (+132,2%), com o maior nível de crescimento, seguido do Rio Grande do Norte (+79,1%), Piauí (+22,6%), Maranhão (+18,9%) e Alagoas (+12,9%). Na mesma base de análise, Sergipe (-18,5%), Ceará (-3,6%), Pernambuco (-1,4%) e Bahia (-0,8%) devem apresentar redução em suas respectivas colheitas. Vale salientar que Bahia, Maranhão e Piauí detêm 91,1% de participação da produção de grãos da Região (Tabela 3).

Na Paraíba, a estimativa de crescimento na produção está sendo estimulada pela expansão do arroz (+496,2%), milho (+144,4%), feijão (+108,2%), castanha-de-caju (+17,8%) e cana-de-açúcar (+27,5%), produção de 6,6 milhões de toneladas, produto de maior peso no Estado). No Rio Grande do Norte, verifica-se aumento significativo em relação a 2018, favorecido pelas culturas de milho (+202,6%) e feijão (+60,2%). Para o Piauí, terceiro maior produtor de grãos no Nordeste, as principais estimativas de acréscimo são para: feijão (+82,0%), milho (+28,9%) e soja (+17,5%). Maranhão, segundo produtor de grãos no Nordeste, segue com incremento nas principais culturas: soja (+24%, produção de 2,9 milhões de toneladas) e cana-de-açúcar (+7,2%, produção de 2,6 milhões de toneladas). Em Alagoas, projeta-se crescimento da safra de feijão (+76,7%), algodão herbáceo (+65,5%) e arroz (+43,6%).

Nos demais estados, mesmo com a redução na produção de grãos em 2018, alguns produtos devem apresentar expansão. Na Bahia, principal produtor de grãos no Nordeste, destaca-se os seguintes produtos: cana-de-açúcar (+60,3%, produção de 5,1 milhões de toneladas) e algodão herbáceo (+18,8%). No Ceará, verifica-se aumento para: feijão 2ª safra

(+210,4%), arroz (+27,0%), e algodão (+28,0%). Em Pernambuco, as principais culturas com crescimento expressivo são: milho (+148,2%), mandioca (+112,1%) e feijão (+91,8%). Em Sergipe, deverá ocorrer avanço na produção de cana-de-açúcar (+17,0%).

Tabela 1 - Safra de grãos no Brasil e regiões em 2017 e 2018 - Em toneladas

Região/País	Safra 2017	Part. (%)	Safra 2018	Part. (%)	Var. (%)
Centro-Oeste	105.931.067	44,0	100.515.232	43,8	-5,1
Sul	83.982.424	34,9	78.838.547	34,4	-6,1
Sudeste	23.918.522	9,9	22.039.014	9,6	-7,9
Nordeste	17.868.701	7,4	19.530.353	8,5	9,3
Norte	8.904.031	3,7	8.341.782	3,6	-6,3
Brasil	240.604.746	100,0	229.264.927	100,0	-4,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2017 e 2018 - Em toneladas

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2017	Safra 2018		Safra 2017	Safra 2018	
Grãos	240.604.745	229.264.927	-4,7	17.868.701	19.530.353	9,3
Soja	114.982.993	114.982.993	-0,4	9.491.271	10.358.019	9,1
Milho	99.546.028	87.168.843	-12,4	6.432.124	6.763.917	5,2
Arroz	12.452.662	11.765.226	-5,5	453.037	508.958	12,3
Trigo	4.241.602	5.565.661	31,2	3.000	3.000	0,0
Algodão herbáceo	3.838.785	4.427.467	15,3	940.946	1.109.844	17,9
Feijão	3.291.312	3.246.923	-1,3	630.282	778.467	23,5
Sorgo	2.147.706	2.366.737	10,2	263.268	416.331	58,1
Amendoim	541.178	516.819	-4,5	10.758	10.165	-5,5
Mamona	11.834	15.347	29,7	10.984	14.491	31,9
Café	2.776.621	3.178.539	14,5	183.897	163.580	-11,0
Banana	7.185.903	7.234.262	0,7	2.381.001	2.442.027	2,6
Cana-de-açúcar	687.809.933	675.464.321	-1,8	48.367.207	50.360.402	4,1
Tomate	4.373.047	4.445.181	1,6	526.530	456.572	-13,3
Laranja	18.666.928	18.419.183	-1,3	1.609.058	1.471.367	-8,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 3 - Safra de grãos no Nordeste e estados em 2017 e 2018 - Em toneladas

Estado/Região	Safra 2017	Part. (%)	Safra 2018	Part. (%)	Var. (%)
Bahia	8.078.077	45,2	8.015.915	41,0	-0,8
Maranhão	4.427.217	24,8	5.265.538	27,0	18,9
Piauí	3.685.171	20,6	4.516.431	23,1	22,6
Sergipe	854.519	4,8	696.044	3,6	-18,5
Ceará	528.071	3,0	508.802	2,6	-3,6
Pernambuco	118.693	0,7	255.104	1,3	-1,4
Alagoas	107.418	0,6	121.281	0,6	12,9
Paraíba	50.303	0,3	116.782	0,6	132,2
Rio Grande do Norte	19.234	0,1	34.456	0,2	79,1
Nordeste	17.868.701	100,0	19.530.353	100,0	9,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

4. Produção Industrial

Após recuo, em janeiro de 2018 (-2,2%), o nível de produção da indústria nacional mostrou estabilidade, tanto em fevereiro (+0,1%), quanto em março (-0,1%), frente ao mês anterior. Comparado às demais bases, foi mantido o crescimento que se vinha observando nos meses mais recentes: ante março de 2017 (+1,3%), décima primeira taxa positiva consecutiva nesse tipo de confronto; no primeiro trimestre do ano (+3,1%) e no acumulado dos últimos 12 meses (+2,9%). Dados da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física-Brasil (PIM-PF/BR) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa acumulada de 12 meses, frente à igual período anterior (taxa anualizada), tem mantido o ritmo de crescimento em 2018: +2,8% em janeiro, +2,9% em fevereiro e +2,9%, em março, quando assinalou sua sétima elevação consecutiva (Gráfico 1), após 39 meses seguidos de taxas negativas. Observa-se que estes recentes avanços na produção industrial desempenham um papel de recuperação das perdas, tendo em vista a deprimida base de comparação. Por exemplo, a taxa anualizada de março de 2017 foi de -3,5%, que se seguiu aos recuos acumulados para março de 2016 (-9,6%) e de 2015 (-4,5%). Por outro ângulo, o nível de produção referente ao mês de março de 2018, aquém do potencial nacional, ficou 15,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011.

Entre as grandes categorias econômicas (Gráfico 2), a observação da evolução da taxa anualizada, durante o período de março de 2017 a março de 2018, aponta para uma sequência de melhoria nos resultados, embora esta tenha se mostrado, em geral, mais estável durante os três primeiros meses de 2018. No caso do setor de bens de capital (6,8%, 7,2% e 7,4%, respectivamente), o aumento de 7,4%, em março, foi capaz de mais do que recuperar, pelo menos, a queda do período anterior (-1,5%), relativa à taxa anualizada de março de 2017 (Gráfico 2). Porém, este cobre apenas parcialmente a perda acumulada de -38,6%, referente às taxas anualizadas de março dos anos de 2015, 2016 e 2017. Este também foi o caso para o setor de bens de consumo duráveis (14,5%, 14,0% e 14,6%, respectivamente), cuja elevação de +14,6%, na taxa anualizada de março de 2018, mais que compensou o percentual de -5,2% do ano que fechou em março de 2017, contudo, esta categoria acumula perda de -35,5% dos períodos encerrados em março, dos anos de 2015 a 2017.

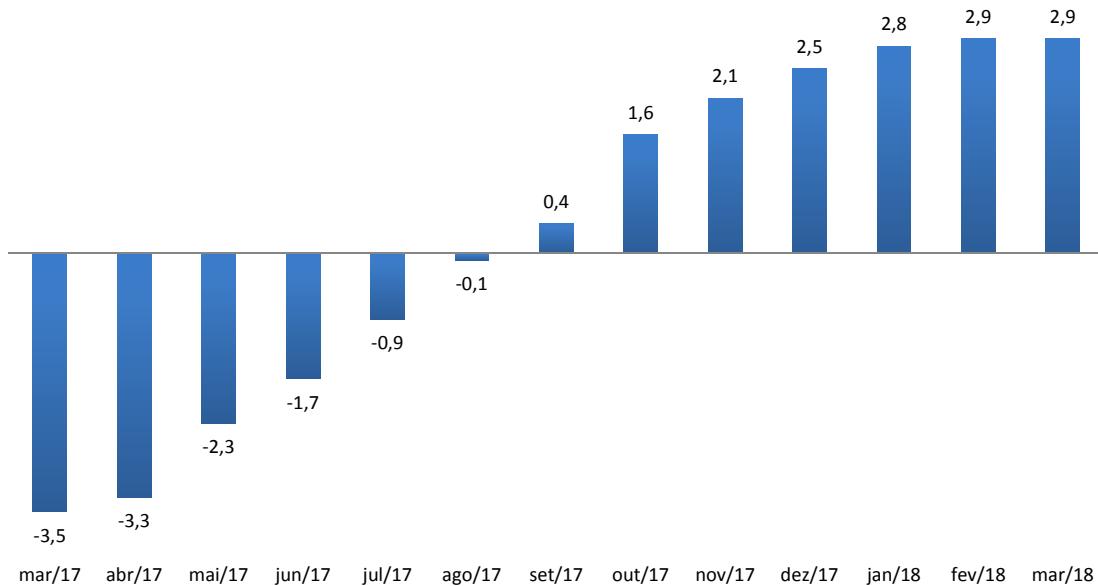
O setor de bens intermediários (1,9%, 2,1% e 2,0%, nas taxas anualizadas de janeiro a março de 2018, respectivamente) que registra resultados positivos desde outubro de 2017 (+0,8%), mostra desempenho mais modesto. O citado aumento de 2,0%, de março de 2018, não foi capaz de cobrir a queda do período anterior, de -4,1%, no acumulado que fechou o ano em março de 2017. Os segmentos de bens de consumo semi e não duráveis se mostraram mais resistentes ou com maior estabilidade, pelo menos desde novembro de 2017 (0,9%), quando abandonaram as taxas negativas. O percentual anualizado até março de 2018 (0,9%) também não foi suficiente para recuperar a perda de -2,0%, referente ao acumulado até março de 2017, conforme se observa no Gráfico 2.

Dentre as diversas atividades industriais, 17 dos 26 ramos pesquisados apresentaram resultados positivos no acumulado de 12 meses até março de 2018. Os maiores impactos sobre a média nacional vieram da produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (+19,2%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+21,0%); indústrias extractivas (+3,1%); metalurgia (+5,9%); produtos alimentícios (+1,9%); máquinas e equipamentos (+3,6%); produtos de borracha e material plástico (+4,7%) e celulose, papel e produtos de papel (+4,9%).

Assinalaram os principais resultados negativos: coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-3,2%); outros equipamentos de transporte (-9,2%); máquinas, aparelhos e

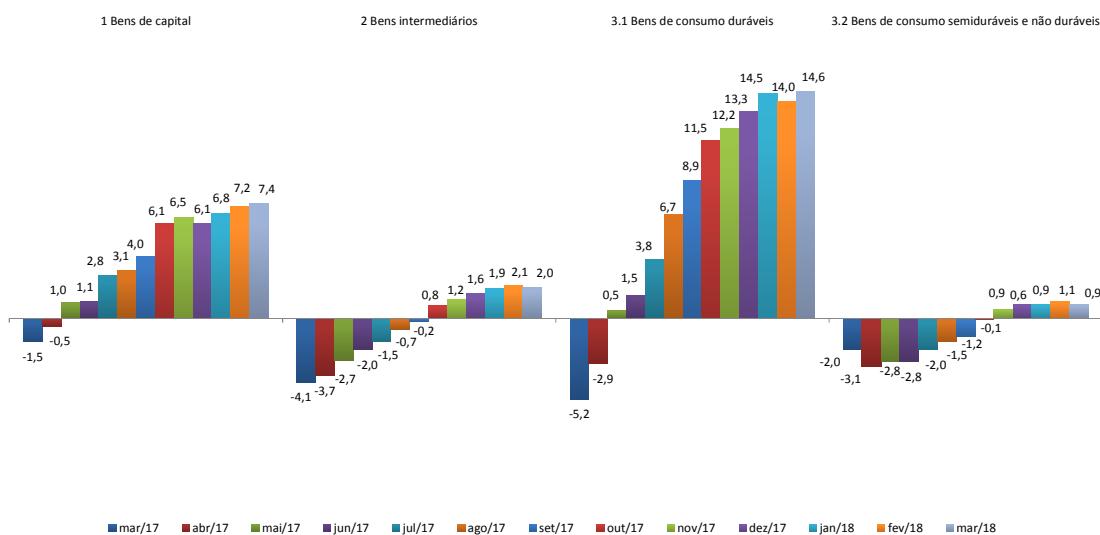
materiais elétricos (-3,2%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-3,6%); impressão e reprodução de gravações (-7,8%) e produtos de minerais não-metálicos (-2,2%).

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil - mar/2017 a mar /2018 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE

Gráfico 2 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial por grandes categorias econômicas (%) - Brasil - mar/2017 a mar/2018 - Acumulado dos últimos 12 meses (Base: igual período anterior)



Fonte: Elaborado pelo BNB / ETENE, com dados do IBGE.

O nível de atividade industrial no Nordeste que apresentou taxa positiva em fevereiro (+2,2%), voltou a cair em março (-3,6%), frente ao mês imediatamente anterior, demonstrando recuo mais intenso que a média nacional (-0,1%). Na comparação com março de 2017, a indústria regional assinalou redução (-3,6%), ante um crescimento de 1,3% na média do País. Para o primeiro trimestre do ano, o resultado nordestino (-0,3%) também foi na contramão do avanço brasileiro (+3,1%), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Após a trégua no mês de fevereiro (0,0%) que interrompeu um período de 36 meses corridos de resultados negativos, a taxa anualizada nordestina (indicador acumulado dos últimos 12 meses, ante igual período anterior) voltou a registrar leve redução em março (-0,2%). Em âmbito nacional, este índice foi de 2,9%, sétima elevação seguida, conforme se observa no Gráfico 3.

Dentre os estados da Região, divulgados pela pesquisa, o Ceará (+3,4%) é o que tem apresentado melhor desempenho, acompanhando, em março, o resultado nacional de sete taxas anualizadas positivas consecutivas (Gráfico 4). Embora tenha registrado índice de -0,2%, frente ao mês imediatamente anterior, a produção de março deste ano foi 2,4% superior à de março de 2017 e avançou 3,3%, no acumulado do primeiro trimestre de 2018.

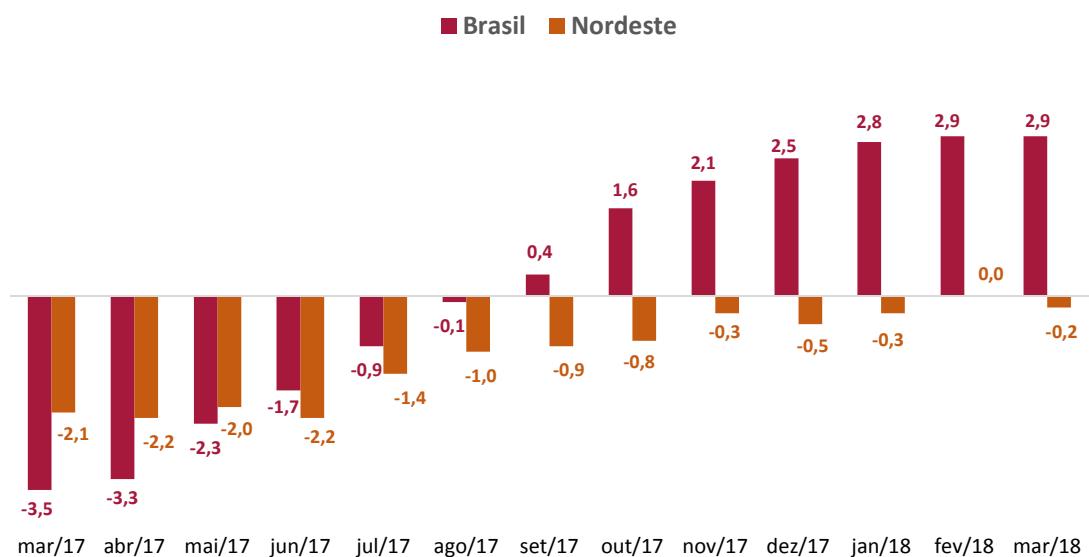
A indústria Baiana ensaiou recuperação no primeiro trimestre do ano. Tendo atravessado 42 meses de taxa anualizada negativa, apresentou melhor resultado, com relativa estabilidade, entre janeiro (0,0%) e março (+0,3%) de 2018 (Gráfico 4). O desempenho exclusivamente do mês de março, contudo, foi de retração: -4,5%, frente ao mês anterior; -5,3%, ante março de 2017 e 0,9% no acumulado do ano.

A indústria de Pernambuco, há 38 meses, não registra taxas anualizadas positivas. Desde fevereiro de 2015 (0,0%), apresentou estabilidade apenas em novembro de 2017 (0,0%). Nos três primeiros meses de 2018, os resultados negativos se intensificaram, fechando março com queda de 2,0% (Gráfico 4). Contudo, nas demais comparações referentes a março, os resultados foram positivos: 0,2%, frente ao mês anterior; 0,9%, ante março de 2017 e 1,0% no primeiro trimestre do ano.

No Nordeste, a taxa anualizada de março de 2018 (-0,2%) repercutiu a queda da produção em nove das quinze atividades pesquisadas, a exemplo de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis (-9,7%); produtos de minerais não metálicos (-10,6%); indústria extrativa (-4,2%); outros produtos químicos (-2,9%) e metalurgia (-4,8%). Registraram aumento: veículos, reboques e carrocerias (+35,9%); confecção de vestuário e acessórios (+12,1%); produtos de metal (+5,0%); celulose e papel (+2,5%) e produtos de borracha e plástico (+2,9%).

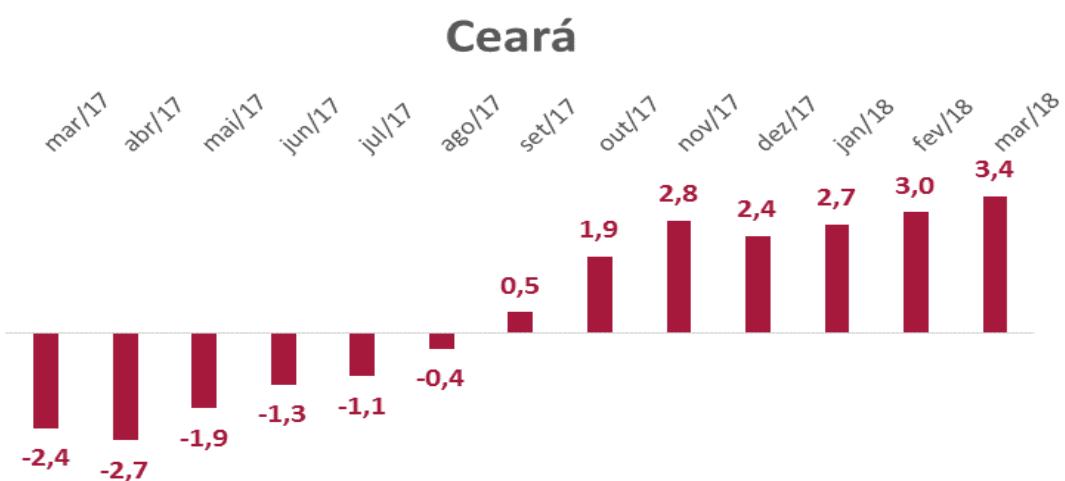
No Ceará (+3,4%), apenas duas, das onze atividades pesquisadas, tiveram taxa negativa. Dentre as nove que cresceram destacaram-se: metalurgia (+28,1%); confecção de vestuário e acessórios (+8,4%); bebidas (+8,6%) couro, artigos para viagem e calçados (+2,6%); e produtos têxteis (+5,6%). Em Pernambuco (-2,0%), quatro das doze atividades assinalaram aumento: produtos de metal (+43,5%); outros equipamentos de transporte (+18,8%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+5,6%) e metalurgia (+0,7%). Na Bahia (+0,3%), sete dos doze setores registraram elevação, sobressaíram-se: veículos, reboques e carrocerias (+30,5%); produtos alimentícios (+6,2%); indústria extrativa (+6,7%); produtos de borracha e plástico (+4,5%) e bebidas (4,2%).

Gráfico 3 – Evolução da Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada nos últimos 12 meses (%) - Brasil e Nordeste – mar/2017 a mar/2018 (Base: igual período anterior)

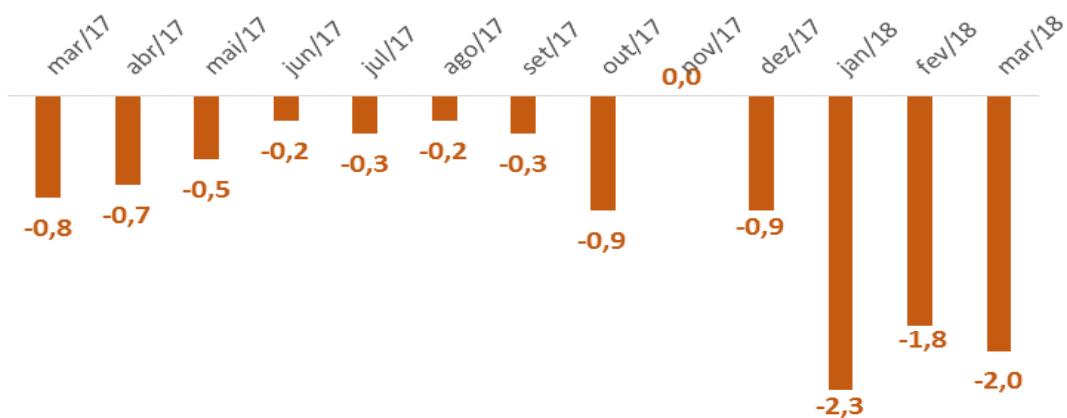


Fonte: Elaborado pelo BNB/ETENE, com dados do IBGE.

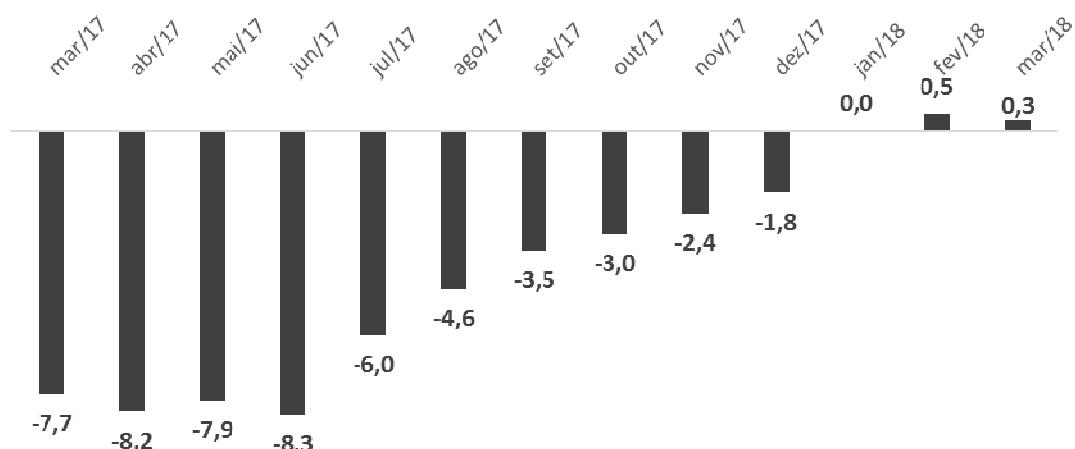
Gráfico 4 – Evolução da Produção Industrial: taxa de crescimento acumulada dos últimos 12 meses (%) – Bahia, Ceará e Pernambuco – mar/2017 a mar/2018 (Base: igual período anterior)



Pernambuco



Bahia



Fonte: Elaborado pelo ETENE/BNB, com dados do IBGE.

5. Produção de Veículos

A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - Anfavea informou que a fabricação de veículos atingiu cerca de 700 mil unidades no Brasil nos três primeiros meses de 2018. O volume ficou 14,6% acima da produção no mesmo período do ano anterior, quando foram montados 610 mil veículos, como demonstra a Tabela 1.

Os automóveis e comerciais leves somaram 668,3 mil unidades nos três primeiros meses de 2018, representando incremento de 13,1% em comparação com iguais meses de 2017. Entre os veículos pesados, foram fabricados 24,4 mil caminhões no primeiro trimestre de 2018, ante 15,7 mil em igual período de 2017, representando incremento de 55,1%. No caso dos ônibus, as montadoras produziram 6.886 unidades no primeiro trimestre de 2018, aumento de 67,4% sobre o resultado do ano anterior, quando foram fabricadas 4.113 unidades (Tabela 1).

A produção de veículos apresentou recuo nos últimos anos: 3,1 milhões em 2014; 2,4 milhões em 2015; e 2,2 milhões em 2016. Em 2017, iniciou-se um processo de recuperação, tendo em vista que foram produzidos 2,7 milhões de unidades. Em 2018, deverão ser fabricados 2,8 milhões de veículos.

Quanto às máquinas agrícolas, a fabricação totalizou no acumulado de 2018 11.989 unidades, representando incremento de 0,9% em comparação com igual período de 2017. Ainda segundo a Anfavea, o setor automotivo (autoveículos, máquinas agrícolas e rodoviárias), que empregou diretamente 107.125 pessoas em março de 2017, ganhou força de trabalho e, atualmente, conta com 112.433 empregados, registrando, assim, variação de 5,0%.

Em relação ao comércio exterior, a demanda externa por veículos gerou incremento nas quantidades exportadas em relação ao ano anterior. Assim, no acumulado até março do ano corrente, as exportações de autoveículos alcançaram 180 mil unidades em comparação a 174 mil unidades em iguais meses de 2017, representando acréscimo de 3,3%.

As vendas internas também reagiram positivamente, visto que, no acumulado de 2018, o total de licenciamentos de veículos novos foi de 545 mil unidades, em comparação com 472 mil em iguais meses de 2017, apresentando aumento de 15,6%. De acordo com a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores - Fenabrade, a comercialização de veículos usados totalizou 3.257.767 unidades no primeiro trimestre de 2018 ante 3.225.194 em iguais meses de 2017, implicando alta de 1,0% no período em análise.

Conforme a Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas (Abraciclo), a indústria motociclística nacional produziu 259 mil unidades em 2018, ante 231 mil em 2017, significando incremento de 12,2% no período em análise. As vendas internas de motocicletas, por sua vez, somaram 234 mil unidades de janeiro a março de 2018, registrando aumento de 8,4% nessa base de comparação. O comércio exterior de motocicletas seguiu trajetória ascendente, totalizando 23,3 mil unidades exportadas no primeiro trimestre de 2018, frente a 17,4 mil motocicletas vendidas entre janeiro e março de 2017, representando variação positiva de 33,7%, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 1 - Produção de veículos, máquinas agrícolas e rodoviárias no Brasil - Em unidades

Segmento	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2018	Var. %
Veículos leves	590.842	668.344	13,1
Automóveis	519.761	570.927	9,8
Comerciais leves	71.081	97.417	37,1
Caminhões	15.748	24.427	55,1
Semileves	550	431	-21,6
Leves	3.596	4.779	32,9
Médios	1.133	1.407	24,2
Semipesados	4.644	7.019	51,1
Pesados	5.825	10.791	85,3
Ônibus	4.113	6.886	67,4
Rodoviário	1.060	1.337	26,1
Urbano	3.053	5.549	81,8
Total	610.703	699.657	14,6
Máquinas agrícolas/rodoviárias ⁽¹⁾	11.884	11.989	0,9

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Anfavea. Nota: (1) Não foram reportados os dados de cultivadores motorizados relativos às empresas não associadas à Anfavea.

Tabela 2 - Produção, vendas e exportações físicas de motocicletas no Brasil - Em unidades

Indicadores	Jan-Mar/2017	Jan-Mar/2018	Var.%
Produção	231.381	259.537	12,2
Vendas internas - atacado	215.818	234.003	8,4
Exportações físicas	17.444	23.320	33,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da Abraciclo.

6. Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o volume de serviços declinou 1,5% no País no primeiro trimestre de 2018, conforme especificado no Gráfico 1. Entre os cinco grupos pesquisados, os únicos a registrar acréscimos foram o de transportes (+3,2%) e o de outros serviços (+1,8%), sendo que este último inclui as atividades imobiliárias. Em contraposição, serviços de informação (-3,7%), além de serviços profissionais e administrativos (-2,6%) e serviços prestados às famílias (-2,4%), os três associados ao consumo, reduziram-se, como mostra a Tabela 1.

Quanto às subatividades, destacaram-se positivamente: transporte aquaviário (+8,4%), armazenagem (+2,9%) e transporte terrestre (+1,6%). Em contraste, transporte aéreo (-11,2%), serviços audiovisuais (-6,3%) e outros serviços prestados às famílias (-6,0%) declinaram de forma expressiva no acumulado do ano (Tabela 1).

Nessa base de comparação, o volume de serviços reduziu-se em todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste: Rio Grande do Norte (-10,8%), Ceará (-9,3%), Piauí (-7,8%), Alagoas (-6,7%), Bahia (-6,2%), Maranhão (-5,2%), Sergipe (-5,1%), Pernambuco (-4,7%), Paraíba (-4,5%) e Minas Gerais (-3,0%) com desempenho abaixo da variação média nacional (-1,5%). Espírito Santo (-0,5%) também apresentou queda, como demonstra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor de serviços para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, nenhuma atividade obteve crescimento no primeiro trimestre de 2018. Os declínios mais expressivos ficaram por conta de serviços profissionais (-18,5%), serviços de informação e comunicação (-9,2%) e outros serviços (-7,7%).

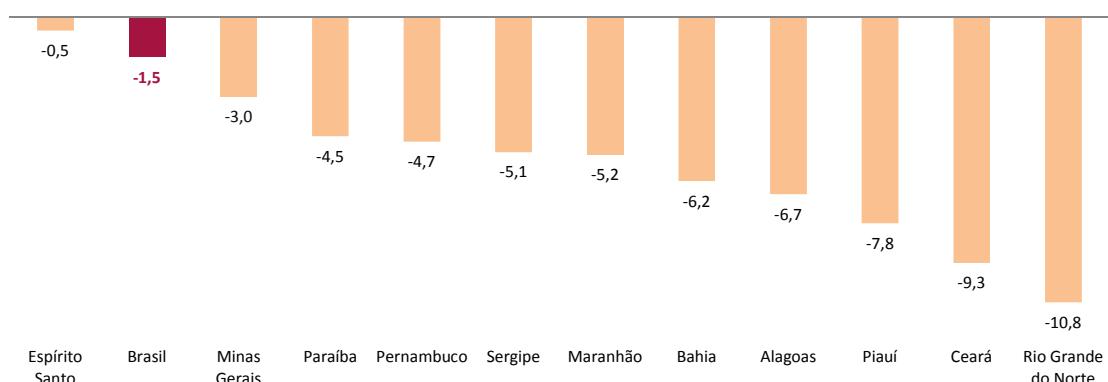
Em Pernambuco, apenas serviços prestados às famílias (+2,3%) e transporte (+0,9%) cresceram, enquanto que serviços profissionais (-12,0%), outros serviços (-9,8%) e transporte (-7,8%) registraram quedas volumosas.

Na Bahia, os serviços de transporte (+0,5%) obtiveram modesta alta, ao contrário de outros serviços (-17,3%), serviços de informação (-14,0%) e serviços prestados às famílias (-5,9%). Em Minas Gerais, transporte (+4,2%) foi a única categoria a registrar crescimento nos três primeiros meses do ano. Em contraste, serviços de informação e comunicação (-9,2%) e outros (-4,2%) apresentaram expressivos decréscimos. No Espírito Santo, transportes (+6,8%) e outros serviços (+4,3%) apresentaram desempenho favorável, enquanto serviços de informação e comunicação (-9,5%) obtiveram declínios, como mostra a Tabela 1.

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor de serviços no País não obterá resultado positivo em 2018, com estimativa de decréscimo de 0,8% no volume dessas atividades. Registre-se que o setor de serviços apresentou retração acumulada de 11,8% nos últimos três anos.

É importante ressaltar que a retomada do setor de serviços depende dos investimentos realizados no segmento industrial, que demanda as atividades profissionais, de informação e de transporte. Por sua vez, os serviços prestados às famílias estão atrelados ao fortalecimento do mercado de trabalho e ao crescimento da massa salarial. A recuperação econômica no Brasil brasileira segue frágil, impossibilitando, portanto, a retomada do setor de serviços no corrente ano.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de serviços no primeiro trimestre de 2018 - Brasil e estados selecionados



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de serviços, atividades e subatividades no primeiro trimestre de 2018 - Brasil e estados selecionados⁽¹⁾

Atividades e subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	-2,4	-0,9	2,3	-5,9	-4,1	-3,0
Serviços de alojamento e alimentação	-1,7	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-6,0	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-3,7	-9,2	-7,8	-14,0	-9,2	-9,5
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-3,3	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-6,3	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-2,6	-18,5	-12,0	-5,5	-4,0	-6,0
Serviços técnico-profissionais	-1,4	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-2,9	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,2	-5,5	0,9	0,5	4,2	6,8
Transporte terrestre	1,6	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	8,4	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	-11,2	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	2,9	-	-	-	-	-
Outros serviços	1,8	-7,7	-9,8	-17,3	-4,2	4,3
Total	-1,5	-9,3	-4,7	-6,2	-3,0	-0,5

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota (1): O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

7. Comércio Varejista

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o varejo restrito nacional registrou crescimento de 3,8% no acumulado do primeiro trimestre de 2018. O comércio ampliado, que inclui o varejo restrito, a comercialização de veículos e de material de construção, expandiu 6,6%, nessa mesma base de comparação (Gráfico 1).

Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas, sete registraram crescimento nos primeiros três meses de 2018, com destaque para: veículos, motocicletas, partes e peças (+17,9%), outros artigos de uso pessoal (+10,9%) e hiper e supermercados (+6,0%). Em contraposição, livros, jornais e revistas (-8,2%), combustíveis e lubrificantes (-5,1%) e tecidos, vestuários e calçados (-1,6%) declinaram no período estudado, conforme os dados especificados na Tabela 1.

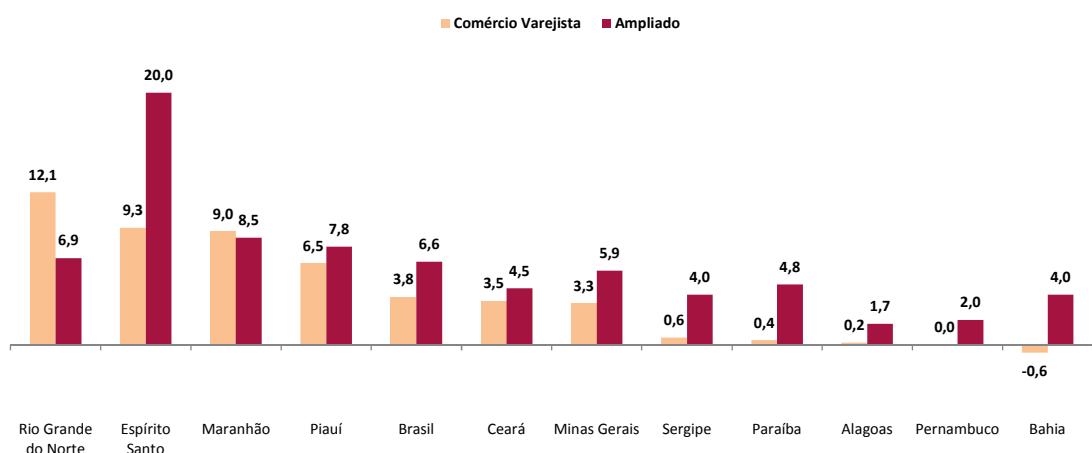
Quanto aos estados, o varejo restrito seguiu trajetória ascendente no Rio Grande do Norte (+12,1%), Espírito Santo (+9,3%), Maranhão (+9,0%) e Piauí (+6,5%). Referidos estados apresentaram crescimento acima da média nacional (+3,8%) no primeiro trimestre de 2018. Ceará (+3,5%), Minas Gerais (+3,3%), Sergipe (+0,6%), Paraíba (+0,4%) e Alagoas (+0,2%) também obtiveram expansão, enquanto Pernambuco (+0,0%) apresentou estabilidade. Bahia (-0,6%) foi a única unidade federativa pertencente à área de atuação do Banco do Nordeste a registrar queda, como demonstra o Gráfico 1.

Em relação ao varejo ampliado, Espírito Santo (+20,0%), Maranhão (+8,5%), Piauí (+7,8%) e Rio Grande do Norte (+6,9%) apresentaram crescimento acima da média nacional (+6,6%), de janeiro a março do ano corrente. Minas Gerais (+5,9%), Paraíba (+4,8%), Ceará (+4,5%), Sergipe (+4,0%), Bahia (+4,0%), Pernambuco (+2,0%) e Alagoas (+1,7%) também apresentaram expansão no período estudado, como mostra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, a venda de materiais para escritório (+17,8%), artigos de uso pessoal (+12,7%) e veículos, motocicletas, partes e peças (+12,6%) registraram destacada expansão. Em Pernambuco, cabe mencionar materiais para escritório (+10,5%), veículos, motocicletas e partes (+10,4%) e artigos de uso pessoal (+6,9%). Na Bahia, a maior alta verificou-se em veículos, motocicletas e partes (+17,9%), seguido por artigos de uso pessoal (+13,4%) e materiais para escritório (+12,7%). Em Minas Gerais, o resultado de maior expressão também ocorreu em veículos, motocicletas e partes (+27,1%), vindo a seguir materiais para escritório (+12,0%) e hipermercados e supermercados (+10,4%). No Espírito Santo, sobressaíram-se a comercialização de veículos, motocicletas e partes (+41,3%) e móveis e eletrodomésticos (+29,3%). Os dados para os cinco estados mencionados estão especificados na Tabela 1.

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), tem-se verificado crescimento no setor comercial no País, após declínio de aproximadamente 20% no acumulado de 2014 a 2016. A recuperação tem ocorrido em função do baixo nível inflacionário, com o consequente barateamento do crédito para consumo. Dessa forma, a CNC estima que o varejo ampliado deverá crescer 5,4% no Brasil em 2018.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio no primeiro trimestre de 2018 - Brasil e estados selecionados



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio no primeiro trimestre de 2018 - Brasil e estados selecionados

Comércio Varejista e Atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Varejo Restrito	3,8	3,5	0,0	-0,6	3,3	9,3
Combustíveis e lubrificantes	-5,1	-6,7	-1,7	-10,9	-9,5	-4,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,7	6,0	3,9	-3,9	10,0	8,5
Hipermercados e supermercados	6,0	5,8	4,3	0,4	10,4	9,0
Tecidos, vestuários e calçados	-1,6	-3,6	-15,3	-1,5	4,1	-1,0
Móveis e eletrodomésticos	1,7	2,5	3,2	1,5	-13,3	29,3
Móveis	-1,5	6,1	13,7	-4,9	-13,0	20,2
Eletrodomésticos	5,1	1,5	1,7	5,8	-14,7	38,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,0	0,0	-6,4	10,7	5,0	17,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	-8,2	-11,4	-17,3	9,9	-8,4	-0,9
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	0,8	17,8	10,5	12,7	12,0	10,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,9	12,7	6,9	13,4	0,7	4,8
Varejo Ampliado	6,6	4,5	2,0	4,0	5,9	20,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	17,9	12,6	10,4	17,9	27,1	41,3
Material de construção	3,7	-8,1	-2,3	3,4	-2,0	0,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

8. Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Brasil gerou 204.064 postos de emprego com carteira assinada no primeiro trimestre de 2018. O resultado deriva dos 3.953.869 admitidos e dos 3.749.805 demitidos, configurando crescimento de 0,54% em relação ao 1º trimestre de 2017. No acumulado dos últimos doze meses, houve acréscimo de 0,59%, expansão de 223.367 empregos no período.

Em termos setoriais, os dados revelam que em seis dos oito setores das atividades econômicas divulgados houve expansão no nível de emprego no País no primeiro trimestre de 2018; destacam-se por ordem de importância: Serviços (+175.670), que sinalizou crescimento do emprego formal em cinco dos seis subsetores; Indústria de Transformação (+76.273), crescimento em nove dos doze subsetores; Construção Civil (+21.209); Administração Pública (+12.914); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+2.003) e Extrativa Mineral (+328). No entanto, Comércio (-79.362) e Agricultura (-4.971) finalizaram o primeiro trimestre de 2018 com redução no nível de emprego formal na mesma base de comparação (Tabela 1).

No recorte geográfico, verificou-se que as Regiões Sudeste (+108.548 postos), Sul (+105.967 postos) e Centro-Oeste (+39.452 postos) apresentaram expansão do nível de emprego formal no primeiro trimestre de 2018. Por sua vez, o Nordeste (-45.296 postos) e o Norte (-4.607 postos) registraram saldo negativo no mesmo período comparativo.

O Nordeste finalizou o primeiro trimestre de 2018 com fechamento de 45.296 postos de trabalho, resultado do total dos 493.790 admitidos e dos 539.086 demitidos, redução de 0,73% em relação ao estoque de mesmo período de 2017. Seguem os números para os três anos imediatamente anteriores: eliminação de 15.917 postos em 2017; 242.659 postos em 2016 e 251.260 postos em 2015. É importante frisar, que somando os três últimos anos, o Nordeste perdeu 509.836 empregos com carteira assinada, conforme dados do Gráfico 1.

Setorialmente, para o resultado de janeiro a março de 2018, dentre as oito atividades, cinco apresentaram criação de novos empregos com CLT na Região. Serviços foi a atividade que mais gerou novos empregos, com formação de 21.120 postos, seguido pela Construção Civil (+2.723), Administração Pública (+1.472), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+552) e Extrativa Mineral (+21). Todavia, Indústria de Transformação (-42.209), Agropecuária (-15.249) e Comércio (-13.726) puxaram o resultado de saldo negativo para a Região no período estudado.

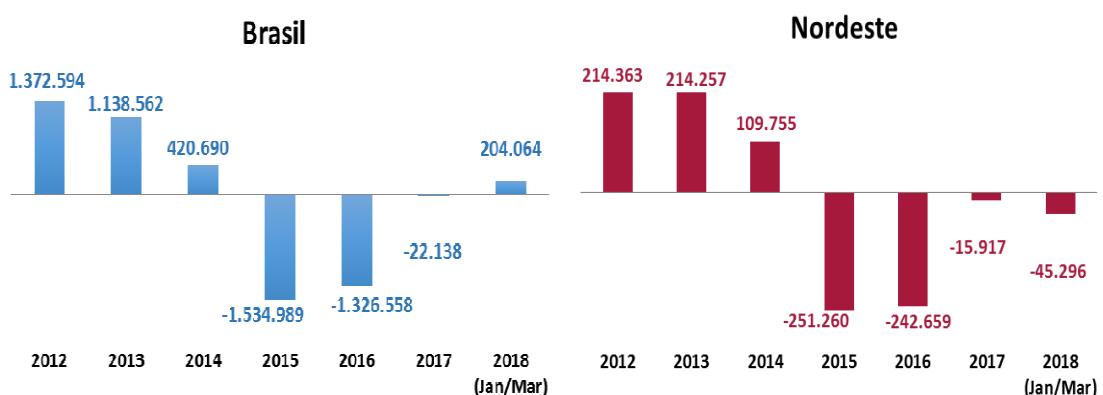
Serviços foi o principal destaque na geração de empregos celetistas na Região nos três primeiros meses de 2018. Apresentou formação de 21.120 postos, decorrente das 216.084 admissões e dos 194.964 desligamentos. Verificou-se expansão em quatro das seis subatividades, resultado impulsionado, principalmente, pelo Ensino (geração de 10.103 postos na Região, sendo 3.315 na Bahia; 1.601 no Ceará e 1.517 em Pernambuco); por Serviços médicos, odontológicos e veterinários (Saldo positivo de 4.392 postos no conjunto dos nove estados, sendo 1.322 na Bahia, 1.006 em Pernambuco e 675 no Ceará) e Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos (formação de 4.321 vagas no Nordeste, sendo 1.424 em Alagoas, 1.207 no Maranhão e 1.127 na Paraíba).

Tabela 1 - Brasil: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica

Setor	1º Trimestre de 2018				Últimos Doze Meses (Abr/17 a Mar/18)			
	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)
Serviços	1.694.619	1.518.949	175.670	1,05	6.106.053	5.934.829	171.224	1,02
Indústria de Transformação	702.445	626.172	76.273	1,06	2.453.706	2.419.985	33.721	0,47
Construção Civil	338.148	316.939	21.209	1,06	1.316.031	1.380.150	-64.119	-3,06
Administração Pública	27.388	14.474	12.914	1,67	68.816	70.910	-2.094	-0,27
S.I.U.P. ⁽¹⁾	19.719	17.716	2.003	0,50	68.920	72.661	-3.741	-0,92
Extrativa Mineral	9.234	8.906	328	0,17	32.676	37.291	-4.615	-2,38
Agricultura	244.434	249.405	-4.971	-0,32	991.586	975.660	15.926	1,04
Comércio	917.882	997.244	-79.362	-0,88	3.736.391	3.659.326	77.065	0,87
Brasil	3.953.869	3.749.805	204.064	0,54	14.774.179	14.550.812	223.367	0,59

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Gráfico 1 - Brasil e Nordeste: Evolução do saldo de empregos formais - 2012 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 2 - Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica

Setores	1º Trimestre de 2018			Últimos Doze Meses (Abr/17 a Mar/18)		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Serviços	216.084	194.964	21.120	807.076	771.848	35.228
Construção Civil	60.546	57.823	2.723	246.145	255.883	-9.738
Administração Pública	2.993	1.521	1.472	9.526	8.227	1.299
S. I. U. P. ⁽¹⁾	3.848	3.296	552	15.580	13.429	2.151
Extrativa Mineral	1.494	1.473	21	5.713	6.135	-422
Comércio	117.282	131.008	-13.726	500.530	492.481	8.049
Agropecuária	26.984	42.233	-15.249	155.922	148.072	7.850
Indústria de Transformação	64.559	106.768	-42.209	306.738	311.358	-4.620
Nordeste	493.790	539.086	-45.296	2.047.230	2.007.433	39.797

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED. Nota: (1) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Das nove Unidades Federativas do Nordeste, apenas quatro apresentaram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada, que juntas, proporcionaram 13.639 novos postos de emprego no primeiro trimestre de 2018. No mesmo período, o Nordeste apresentou redução de 45.296 postos de trabalho. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) compilados pelo Ministério do Trabalho.

Bahia (+11.121), Ceará (+1.992), Maranhão (+421) e Piauí (+105) finalizaram o primeiro trimestre de 2018 com saldo positivo na movimentação de admitidos e desligados. No entanto, na mesma base de comparação, Alagoas (-22.370), Pernambuco (-21.667), Paraíba (-6.210), Rio Grande do Norte (-4.635) e Sergipe (-4.053) reduziram o nível de empregos celetistas, impactando fortemente no total de saldos da Região (Tabela 3).

Com formação de 11.121 postos de trabalho, Bahia foi o Estado que mais gerou empregos na Região e o oitavo no País, no acumulado de janeiro a março de 2018. As principais atividades econômicas responsáveis pelo desempenho do mercado de trabalho formal nesse Estado foram: Serviços (+6.660); Construção Civil (+2.525); Agropecuária (+2.119); Administração Pública (+1.331), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+547); Indústria de Transformação (+342) e Extrativa Mineral (+94). Comércio foi a única atividade que eliminou postos de trabalhos, redução de 2.497 empregos formais.

Ceará ficou responsável pela geração de 1.992 novas vagas entre janeiro a março de 2018, aumento no estoque de trabalho de 0,18% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O resultado foi em decorrência, principalmente, do aumento no nível de empregos dos seguintes setores: Indústria de Transformação (+4.327, sendo 3.753 postos da Indústria de calçados), Serviços (+2.475), Administração Pública (+217) e Extrativa Mineral (+68). Embora com saldo positivo no Estado, os seguintes setores reduziram o estoque de postos de emprego em: Comércio (-3.551), Agropecuária (-1.176), Serviços Industriais de Utilidade Pública (-202) e Construção Civil (-166).

Maranhão registrou saldo positivo de 421 postos de emprego no primeiro trimestre 2018. O resultado foi puxado em decorrência, principalmente, da expansão no nível de empregos dos setores de Serviços (+3.033), Agropecuária (+488) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+28). No entanto, setores como Construção Civil (-1.750), Comércio (-1.268), Indústria de Transformação (-98), Administração pública (-11) e Extrativa Mineral (-1) reduziram o nível de emprego no período em análise.

Piauí ampliou o nível de emprego em 105 postos de trabalho celetista de janeiro a março de 2018. O saldo positivo foi decorrente, sobretudo, da atuação das seguintes atividades econômicas: Indústria de Transformação (+283), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+166), Agropecuária (+165) e Administração Pública (+10). Já as atividades do Comércio (-462), Serviços (-30), Construção Civil (-21) e Extrativa Mineral (-6) pontuaram negativamente na movimentação entre admitidos e desligados no período estudado.

Em Sergipe, a redução do nível de emprego em 4.053 postos no primeiro trimestre de 2018 foi explicada pelo desempenho negativo dos seguintes setores: Indústria de Transformação (-2.658), Agropecuária (-2.132), Comércio (-908), Extrativa Mineral (-87) e Administração Pública (-49). Já os setores Serviços (+1.317), Construção Civil (+416) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+48) ganharam reforço na contratação de novos trabalhadores.

Rio Grande do Norte (-4.635) reduziu o número de postos de trabalho nos três primeiros meses de 2018. O baixo desempenho foi influenciado pelos setores: Agropecuária (-3.227); Indústria de Transformação (-1.286), Comércio (-865); Construção Civil (-209) e Extrativa Mineral (-72). Em contraponto, as seguintes atividades firmaram novos postos de emprego: Serviços (+931), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+90) e Administração Pública (+3).

Paraíba reduziu seu quadro de emprego em 6.210 postos de janeiro a março de 2018. Os setores Indústria de Transformação (-4.443), Agropecuária (-3.671), Comércio (-74), Serviços Industriais de Utilidade Pública (-71) e Construção Civil (-2) apresentaram perda de empregos celetistas no período citado. Por outro lado, Serviços (+2.032) e Extrativa Mineral (+19) aumentaram o nível de emprego no primeiro trimestre de 2018. Administração Pública foi o único setor que o saldo foi nulo.

Em Pernambuco, registrou-se queda no nível do estoque de emprego celetista em 21.667 postos no primeiro trimestre de 2018. Os setores Indústria de Transformação (-16.471), Agropecuária (-6.123) e Comércio (-3.123) contribuíram em grande medida para a baixa dos números do Estado. Em seguida, têm-se os setores de Serviços Industriais de Utilidade Pública (-73) e Administração Pública (-33) também apresentaram saldos negativos no mesmo período. Já Serviços (+3.072) e Construção Civil (+985) ampliaram o estoque de trabalhadores. Apenas, Extrativa Mineral manteve o saldo de movimentação zerado no acumulado dos três meses.

Em Alagoas, o saldo de movimentação dos admitidos e desligados foi negativo em 22.370 postos. Das oito atividades, três foram responsáveis pela perda de postos de trabalho no Estado: Indústria de Transformação (-22.205), o resultado foi influenciado, quase a totalidade, pelo subsetor Indústria de Alimentos e Bebidas (-22.286); Agropecuária (-1.791) e Comércio (-978). Embora com saldo negativo no Estado, cinco atividades formaram novos postos de emprego no trimestre: Serviços (+1.630); Construção Civil (+945); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+19), Extrativa Mineral (+6) e Administração Pública (+4).

Tabela 3 - Brasil, Nordeste e Unidades Federativas: Movimentação dos admitidos e desligados por atividade econômica – 1º trimestre de 2018 e acumulado dos últimos doze meses

Área Geográfica	1º Trimestre de 2018				Últimos Doze Meses (Abr/17 a Mar/18)			
	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)	Admitidos	Desligados	Saldos	(%)
Bahia	146.651	135.530	11.121	0,67	578.310	562.304	16.006	0,97
Ceará	94.606	92.614	1.992	0,18	378.928	368.434	10.494	0,94
Maranhão	34.705	34.284	421	0,09	148.776	141.326	7.450	1,66
Piauí	22.087	21.982	105	0,04	93.237	88.248	4.989	1,77
Sergipe	20.717	24.770	-4.053	-1,43	85.559	84.248	1.311	0,47
Rio Grande do Norte	32.746	37.381	-4.635	-1,10	140.140	140.860	-720	-0,17
Paraíba	30.888	37.098	-6.210	-1,56	119.498	119.964	-466	-0,12
Pernambuco	89.074	110.741	-21.667	-1,75	391.593	388.307	3.286	0,27
Alagoas	22.316	44.686	-22.370	-6,41	111.189	113.742	-2.553	-0,78
Nordeste	493.790	539.086	-45.296	-0,73	2.047.230	2.007.433	39.797	0,65

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

9. Comércio Exterior

A balança comercial brasileira apresentou superávit de US\$ 13.949 milhões no primeiro trimestre de 2018, valor ligeiramente inferior ao apresentado no mesmo período de 2017 (US\$ 14.402 milhões), segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

As exportações totalizaram US\$ 54.367 milhões, incremento de 7,8% em relação ao primeiro trimestre do ano passado. Segundo ainda o MDIC, nesse período, os preços das mercadorias exportadas aumentaram 1,7% em média enquanto a quantidade embarcada subiu 9,5%.

Já as importações somaram US\$ 40.418 milhões, com aumento de 12,1% no trimestre relativamente a iguais meses de 2017. Os preços aumentaram 5,3% em média e a quantidade importada, 10,1% no período. O Gráfico 1 apresenta os dados mensais do comércio exterior brasileiro desde janeiro de 2017.

A corrente de comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 94.785 milhões neste trimestre contra US\$ 86.500 milhões no acumulado até março de 2017, incremento de 9,6% no período em análise.

A análise das exportações por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no primeiro trimestre de 2018, comparativamente ao primeiro trimestre do ano passado, as vendas de produtos manufaturados cresceram significativamente (+19,2) enquanto as de produtos básicos e de semimanufaturados foram mais modestas, 0,4% e 3,1%, respectivamente.

Os principais produtos manufaturados exportados foram: plataforma para extração de petróleo (2,8% da pauta), automóveis de passageiros (2,8%) e demais produtos manufaturados (2,3%).

Nas vendas dos produtos básicos, os destaques, no acumulado do ano, foram: óleos brutos de petróleo (9,8% da pauta), soja (9,4%), minérios de ferro e seus concentrados (8,2%). Comparativamente a igual período de 2017, as exportações de óleos brutos de petróleo cresceram 3,4%. As exportações de soja recuaram 3,4%, porém, com a intensificação da colheita do grão em março, a perspectiva é de recorde tanto na produção quanto na quantidade embarcada.

As vendas externas de minérios de ferro e seus concentrados decresceram 17,5%, no período comparativo, devido à queda de 7,5% da quantidade exportada e de 10,8% do preço médio da commodity.

Com relação à exportação de semimanufaturados, celulose (3,9% da pauta), açúcar de cana (2,3%) e produtos semimanufaturados de ferro ou aço (2,0%) foram os principais produtos do segmento.

Por outro lado, a desagregação das importações brasileiras por categoria de uso (Tabela 2) revela desempenho positivo em todos os segmentos, sinalizando a retomada da atividade econômica.

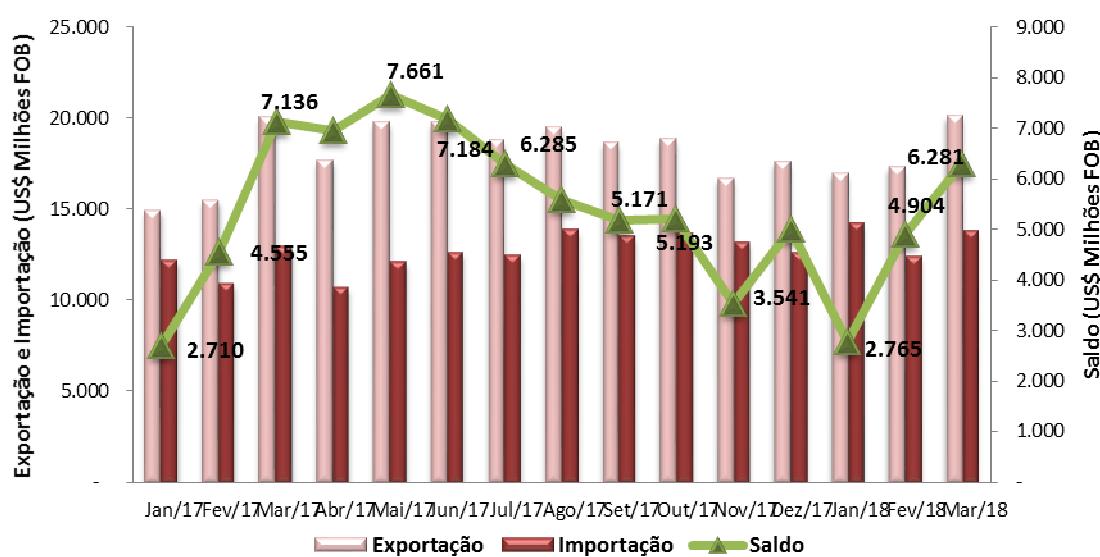
As compras de bens Intermediários (44,4% do total) cresceram 7,0%, no período em análise. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos industriais elaborados (34,1%) e peças para equipamentos de transporte (8,3%).

Já as aquisições de bens de consumo registraram aumento de 17,1%, devido, principalmente, à categoria dos bens duráveis que cresceram 49,5%, com destaque para a importação de automóveis de passageiros.

A importação de combustíveis e lubrificantes subiu 22,7% enquanto a aquisição de bens de capital (máquinas e equipamentos usados na produção) aumentou 12,8%, no primeiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado.

China (21,9%), Estados Unidos (11,6%) e Argentina (8,0%) foram os principais destinos das vendas externas brasileiras, com acréscimos no volume de compras de 1,0%, 5,4% e 13,9%, respectivamente, no primeiro trimestre de 2018, frente ao mesmo período de 2017. Já os principais mercados fornecedores das compras externas do País foram: China (19,2%), Estados Unidos (17,1%) e Alemanha (6,2%). Todos ampliaram as vendas: China (+24,3%), Estados Unidos (+6,6%) e Alemanha (+12,0%).

Gráfico 1 - Exportações, importações e saldo da balança comercial - Jan/2017 a mar/2018 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC

Tabela 1 - Brasil: Exportação por fator agregado - Jan-mar/2018/2017 - US\$ milhões

Fator Agregado	Jan - mar/2018		Jan - mar/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	24.257	44,6	24.162	47,9	0,4
Industrializados	28.731	52,8	25.074	49,7	14,6
Semimanufaturados	7.401	13,6	7.176	14,2	3,1
Manufaturados	21.329	39,2	17.899	35,5	19,2
Operações especiais ⁽¹⁾	1.379	2,5	1.215	2,4	13,5
Total	54.367	100,0	50.451	100,0	7,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC. Nota (1): As operações especiais incluem: exportação com margem não sacada, exportação em consignação, envio de amostras, exportações destinadas a feiras, exposições e certames, exportação com pagamento em moeda nacional e reexportação.

Tabela 2 - Brasil: Importação por categoria de uso - Jan-mar/2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de Uso	Jan - mar/2018		Jan - mar/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	10.371	25,7	9.194	25,5	12,8
Bens intermediários	17.932	44,4	16.754	46,5	7,0
Bens de consumo	5.771	14,3	4.930	13,7	17,1
Bens de consumo não duráveis	4.261	10,5	3.919	10,9	8,71
Bens de consumo duráveis	1.511	3,7	1.010	2,8	49,50
Combustíveis e lubrificantes	6.344	15,7	5.172	14,3	22,7
Total	40.418	100,0	36.049	100,0	12,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A balança comercial nordestina acumulou deficit de US\$ 1.244,8 milhões no primeiro trimestre de 2018, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). As exportações, nesse período, somaram US\$ 3.980,4 milhões, incremento de 3,8% quando comparado ao primeiro trimestre de 2017. Já as importações totalizaram US\$ 5.225,3 milhões, registrando ligeira queda de 0,8%, nesse período comparativo (Gráfico 2).

A decomposição das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 3) mostra que, no período em análise, cresceram as exportações de produtos básicos (+27,0%) e de semimanufaturados (+10,0%), entretanto, caíram os embarques de manufaturados (-5,7%). Nesse período, os preços médios das mercadorias exportadas aumentaram 10,0% enquanto a quantidade embarcada caiu 5,6%.

No grupo dos produtos básicos, cresceram, principalmente, as vendas de algodão (+224,6%), bagaços de soja (+50,9%) e soja (+22,0%) quando comparadas com o primeiro trimestre de 2017.

Já nas exportações de produtos semimanufaturados, destacaram-se as vendas de pasta química de madeira que lideraram a pauta nordestina com 14,8% e crescimento de 65,8% no período em análise. Por outro lado, os embarques de produtos semimanufaturados de ferro/aço e de açúcares de cana sofreram reduções de 11,5% e 29,4%, respectivamente, do valor exportado.

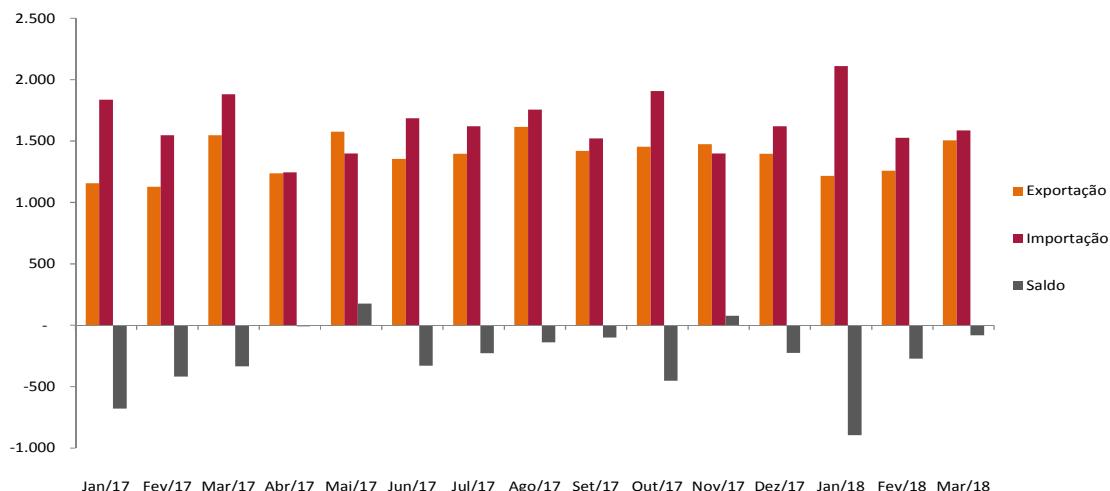
As vendas de produtos manufaturados, apesar de serem as mais representativas na pauta nordestina (47,9%), recuaram 5,7% no período em análise. Contribuíram para esse resultado a queda nas exportações de benzeno (-75,7%), tereftalato de etileno (58,0%), veículos com motor diesel (-36,3%) e óleo combustível (-10,7%). Vale ressaltar, entretanto, o favorável desempenho das vendas de óleo diesel (+137,4%), automóveis c/motor a explosão, 1000<cm3≤1500, até 6 passageiros (+111,5%), automóveis c/motor a explosão, 1500<cm3≤3000, até 6 passageiros (+20,9%) e alumina calcinada (+17,9%).

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), decresceram as aquisições de bens de capital (-3,9%), bens intermediários (-1,3%) e de combustíveis e lubrificantes (-1,5%). Por outro lado, as compras de bens de consumo registraram aumento de 13,6%, no acumulado de 2018 em relação a igual período de 2017. As maiores quedas, em valores absolutos, foram nas compras de naftas para petroquímica (-US\$ 372,5 milhões), sulfetos de minérios de cobre (-US\$ 190,8 milhões) e gasolina (-US\$ 129,0 milhões).

Os principais parceiros comerciais do Nordeste, Estados Unidos, China e Argentina responderam por 44,8% das exportações e 49,1% das importações da Região. No período de janeiro a março deste ano, relativamente de janeiro a março de 2017, os embarques para os Estados Unidos e Argentina aumentaram 16,5% e 28,4%, respectivamente, enquanto as

vendas para a China caíram 8,7%. Do mesmo modo, os desembarques dos produtos oriundos dos Estados Unidos (+29,3%) e Argentina (+5,7%) aumentaram e os da China (-4,8%) retrocederam. A balança comercial nordestina é deficitária com os Estados Unidos (-US\$ 952,6 milhões) e superavitária com a Argentina (US\$ 143,0 milhões) e China (US\$ 26,9 milhões).

Gráfico 2 - Nordeste: Exportações, importações e saldo da balança comercial - Jan/17 a mar/18 - US\$ milhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 3 - Nordeste: Exportação por fator agregado – Jan-mar/2018/2017 – US\$ milhões

Fator Agregado	Jan - mar/2018		Jan -mar/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	649	16,3	511	13,3	27,0
Industrializados	3.294	82,8	3.283	85,7	0,3
Semimanufaturados	1.387	34,8	1.261	32,9	10,0
Manufaturados	1.907	47,9	2.023	52,8	-5,7
Operações especiais ⁽¹⁾	36	0,9	38	1,0	-4,0
Total	3.980	100,0	3.833	100,0	3,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC. Nota: (1) As operações especiais referem-se as vendas de amostras em feiras e eventos.

Tabela 4 - Nordeste: Importação por categoria de uso - Jan-mar/2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de uso	Jan - mar/2018		Jan -mar/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	546	10,5	569	10,8	-3,9
Bens intermediários	2.292	43,9	2.323	44,1	-1,3
Bens de consumo	354	6,8	312	5,9	13,6
Bens de consumo não duráveis	243	4,6	212	4,0	14,64
Bens de consumo duráveis	111	2,1	100	1,9	11,51
Combustíveis e lubrificantes	2.033	38,9	2.063	39,2	-1,5
Total	5.225	100,0	5.266	100,0	-0,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A Bahia participou com 46,7% das exportações e 27,9% das importações do Nordeste no primeiro trimestre de 2018. A balança comercial desse Estado registrou superávit de US\$ 399,6 milhões ante um déficit de US\$ 19,2 milhões no mesmo período de 2017. O favorável desempenho dos setores celulose e automotivo concorreu para o incremento de 10,3% das exportações, enquanto a queda de 26,1% das importações foi decorrente da redução das compras de insumos industriais e combustíveis e lubrificantes.

O Maranhão, segundo estado que mais contribuiu com as exportações nordestinas (18,5%), registrou saldo positivo de US\$ 45,3 milhões na balança comercial nos três primeiros meses de 2018, revertendo deficit de US\$ 223,4 milhões apresentado no mesmo período de 2017. Alumina calcinada (48,1%), pasta química de madeira (33,2%) e soja (9,3%) responderam por 90,6% da pauta exportadora maranhense. Os principais países de destino das vendas externas foram: Estados Unidos (28,3%), Canadá (20,8%) e a China (9,9%).

O saldo da balança comercial de Pernambuco acumulou deficit de US\$ 1.457,3 milhões, resultado de importações no valor de US\$ 2.068,0 milhões e exportações de US\$ 610,7 milhões, no primeiro trimestre do ano. A decomposição das importações por categoria de uso mostra que as compras externas estão concentradas em combustíveis e lubrificantes (US\$ 1.001,7 milhões), insumos industriais (US\$ 395,5 milhões) e em peças e acessórios de equipamentos de transporte (US\$ 290,3 milhões).

O Ceará apresentou déficit de US\$ 123,4 milhões na balança comercial no primeiro trimestre de 2018. As importações totalizaram US\$ 612,4 milhões, significando aumento de 5,2% ante o mesmo período do ano anterior. As exportações somaram US\$ 489,00 milhões, declínio de 6,8%, no período comparativo, resultado da queda, principalmente, das vendas de produtos semimanufaturados de ferro e aço (-US\$ 32,0 milhões), de couros e peles de bovinos (-US\$ 14,6 milhões) e de sucos de frutas (-US\$ 12,2 milhões). Vale registrar, porém, o incremento das exportações de melões frescos (+ US\$ 18,1 milhões), água de coco (+ US\$ 10,3 milhões) e melancias frescas (+US\$ 4,6 milhões).

Nos três meses de 2018, Alagoas exportou US\$ 121,7 milhões, valor 67,2% inferior ao registrado em igual período de 2017. Esse resultado foi devido à venda, no primeiro trimestre do ano passado, de aparelhos para filtrar ou depurar líquidos, no valor de US\$ 171,7 milhões, aumentando a base de comparação. As importações alagoanas, por outro lado, registraram crescimento de 22,8%, alcançando US\$ 177,8 milhões nesse período. Por conseguinte, a balança comercial registrou saldo negativo de US\$ 56,1 milhões.

Durante os três primeiros meses do ano, o Rio Grande do Norte, exportou US\$ 80,4 milhões, 5,5% a menos, relativamente ao mesmo período de 2017. Esse resultado deveu-se, principalmente, da queda nas vendas de melões frescos (-31,0%) e melancias frescas (-61,5%), nesse período comparativo. Apesar desse declínio, o estado apresentou superávit na balança comercial (US\$ 48,0 milhões).

O Piauí apresentou o maior incremento nas exportações (+27,7%) e a maior queda nas importações (-70,0%) da Região. As vendas de soja (46,6% da pauta) e ceras vegetais (41,6%) cresceram 118,1% e 46,7%, respectivamente. Vale ressaltar que as importações piauienses diminuíram nesse trimestre devido aos altos investimentos em Bens de Capital realizados no primeiro trimestre do ano passado. Apesar disso, o Estado registrou déficit na balança comercial de US\$ 0,4 milhão.

A Paraíba acumulou déficit de US\$ 79,1 milhões na balança comercial entre janeiro a março deste ano. Nesse período, as exportações declinaram 24,8%, resultado da queda das vendas de calçados de borracha/plástico (-21,3%) e açúcares de cana (-97,0%), relativamente ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, o aumento de 17,4% das importações,

decorreu do acréscimo nas compras de insumos industriais (+24,9%) e combustíveis e lubrificantes (+648,0%).

Sergipe exportou, no primeiro trimestre de 2018, US\$ 23,0 milhões, 21,6% superior ao total registrado no mesmo período de 2017. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento de 99,4% do valor e 109,8% da quantidade exportada de sucos de laranjas, principal produto da pauta (56,3%). Contudo, o Estado registrou déficit de US\$ 21,5 milhões na balança comercial.

Tabela 5 - Exportação, importação e saldo da balança comercial - Jan-mar 2018/2017 - US\$ milhões

Estado/Região	Exportação			Importação			Saldo
	Valor	Part. (%)	Var % jan-mar 2018/2017	Valor	Part. (%)	Var % jan-mar 2018/2017	
Bahia	1.858,9	46,7	10,3	1.459,2	27,9	-26,1	399,6
Maranhão	735,0	18,5	27,3	689,7	13,2	-13,9	45,3
Pernambuco	610,7	15,3	20,0	2.068,0	39,6	40,6	-1.457,3
Ceará	489,0	12,3	-6,8	612,4	11,7	5,2	-123,4
Alagoas	121,7	3,1	-67,2	177,8	3,4	22,8	-56,1
Rio Grande do Norte	80,4	2,0	-5,5	32,4	0,6	-27,2	48,0
Piauí	35,9	0,9	27,7	36,4	0,7	-70,0	0,4
Paraíba	25,9	0,7	-24,8	105,1	2,0	17,4	-79,1
Sergipe	23,0	0,6	21,6	44,5	0,9	16,8	-21,5
Nordeste	3.980,4	100,0	3,9	5.225,3	100,0	-0,8	-1.244,8

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Tabela 6 - Principais produtos exportados e importados- Jan-mar 2018/2017 - Em %

Estado/Região	Principais Produtos Exportados	Principais Produtos Importados
Maranhão	Alumina calcinada (48,1%), Pasta química de madeira (33,2%), soja (9,3%)	Óleo diesel (34,0%), álcool etílico (23,1%), gasolina (11,1%)
Piauí	Soja (46,6%), ceras vegetais (41,6%), Pilocarpina (4,4%)	Laminados de ferro/aço (17,3%), Laminados de ferro/aço a frio (12,1%), cloretos de potássio (11,3%)
Ceará	Produtos semimanufaturados de ferro/aço (50,4%), calçados (5,7%), castanha de caju (5,4%)	Hulha betuminosa, não aglomerada (25,8%), gás natural, liquefeito (15,3%), trigo e misturas de trigo (6,8%)
Rio Grande do Norte	Melões frescos (28,3%), óleo combustível (12,0%), sal marinho (10,6%)	Trigo e misturas de trigo (35,8%), Policloreto de vinila (5,3%), Polietileno linear (3,8%)
Paraíba	Calçados (45,0%), Ilmenita (minérios de titânio) (21,0%), fio de algodão (6,4%)	Trigos e misturas de trigo (8,1%), óleo diesel (7,8%), calçados (6,8%)
Pernambuco	Óleo diesel (32,0%), automóveis c/motor explosão (14,7%), óleo combustível (12,9%),	Óleo diesel (18,6%), propanos liquefeitos (15,2%), gasolina (8,1%)
Alagoas	Açúcar de cana (96,5%), ladrilhos e placas (lajes) (0,9%), fumo (0,7%)	Hidróxido de sódio (11,0%), 1,2-Dicloroetano (cloreto de etileno) (5,5%), alhos frescos ou refrigerados (4,4%)
Sergipe	Sucos de laranjas (56,3%), açúcar de cana (10,4%), calçados (4,8%)	Diidrogeno-ortofosfato de amônio (13,9%), trigo e misturas de trigo (11,7%), coque de petróleo não calcinado (8,9%)
Bahia	Pasta química de madeira (18,5%), automóveis c/motor explosão (7,6%), óleo combustível (7,1%)	Naftas para petroquímica (20,1%), sulfetos de minérios de cobre (6,0%), cacau inteiro ou partido (4,9%)
Nordeste	Pasta química de madeira (14,8%), alumina calcinada (8,9%), produtos semimanufaturado de ferro/aço (6,2%)	Óleo diesel (13,3%), propanos liquefeitos (6,0%), naftas para petroquímica (5,6%)

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

10. Finanças Públicas

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 114,1 bilhões no primeiro trimestre de 2018, ante R\$ 106,8 bilhões em igual período de 2017, significando ganho real de 4,0%, conforme especificado na Tabela 1.

A coleta de ICMS é concentrada em termos espaciais, refletindo a desigual repartição da base produtiva no País. Assim é que o Sudeste respondeu por quase a metade da arrecadação desse tributo no primeiro trimestre de 2018, precisamente 49,6%. Com considerável diferença, tem-se o Sul (18,2%); Nordeste (16,7%); Centro-Oeste (9,3%); e Norte (6,2%), conforme especificado na Tabela 1.

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região: Sudeste (42,2%); Nordeste (27,9%); Sul (13,2%); Norte (8,8%); e Centro-Oeste (7,8%).

Portanto, verifica-se que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste.

A arrecadação de ICMS no Nordeste totalizou R\$ 19,0 bilhões nos três primeiros meses de 2018, ante R\$ 17,7 bilhões em iguais meses de 2017. Assim, o ICMS cresceu 7,8% em termos nominais nos primeiros três meses de 2018. Descontada a inflação do período, implicou ganho real de 4,9%. Nas demais regiões, os ganhos em termos reais ocorreram no Norte (+10,2%), Sudeste (+5,5%) e Centro-Oeste (+4,7%). O Sul teve perda real de 2,9%. Cabe alertar que os dados de Mato Grosso (fevereiro e março) e Alagoas (março) foram estimados pelo BNB/ETENE.

Bahia (R\$ 5,3 bilhões), Pernambuco (R\$ 3,7 bilhões) e Ceará (R\$ 2,8 bilhões) responderam por 62,1% do total arrecadado com ICMS no Nordeste no primeiro trimestre de 2018. Seguiram Maranhão (R\$ 1,5 bilhão), Rio Grande do Norte (R\$ 1,4 bilhão), Paraíba (R\$ 1,3 bilhão) e Alagoas (R\$ 1,0 bilhão). Em conjunto, referidos estados responderam por 27,4% do total obtido no Nordeste no período em análise. Piauí (R\$ 988 milhões) e Sergipe (R\$ 834 milhões) ficaram com 10,5% do total coletado na Região.

Todos os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste apresentaram crescimento real de arrecadação no período estudado: Espírito Santo (+10,7%), Alagoas (+9,7%), Rio Grande do Norte (+8,7%), Ceará (+6,4%), Minas Gerais (+6,0%), Piauí (+6,0%), Bahia (+5,3%), Maranhão (+4,6%), Pernambuco (+2,6%), Sergipe (+1,8%) e Paraíba (+0,6%), conforme especificado na Tabela 1.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores terciário, petróleo, combustíveis e lubrificantes, secundário e energia alcançou 96,8% da arrecadação total do ICMS no Nordeste no primeiro trimestre de 2018 (Tabela 2).

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário (42,3%) apresentou a maior participação na arrecadação do ICMS do Nordeste. Seguiram os setores de petróleo, combustíveis e lubrificantes (22,6%); secundário (20,3%); energia (11,5%); e o setor primário (0,9%), conforme detalhado na Tabela 2.

Os maiores acréscimos ocorreram nos setores de petróleo, combustíveis e lubrificantes (+20,4%) e energia (+8,8%), especialmente em função da elevação dos preços da gasolina, óleo diesel, derivados do petróleo e energia elétrica. Seguiram o setor primário (+7,2%) e secundário (+6,6%). O terciário ficou estável (0,0%).

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS no primeiro trimestre de 2017 e de 2018 - R\$ Milhões

Estado/Região	2017	Part.%	2018	Part.%	Var.%	Var. Real %
Alagoas	934	0,9	1.054	0,9	12,8	9,7
Bahia	4.913	4,6	5.319	4,7	8,3	5,3
Ceará	2.605	2,4	2.850	2,5	9,4	6,4
Maranhão	1.433	1,3	1.540	1,3	7,5	4,6
Paraíba	1.290	1,2	1.335	1,2	3,5	0,6
Pernambuco	3.482	3,3	3.670	3,2	5,4	2,6
Piauí	906	0,8	988	0,9	9,0	6,0
Rio Grande do Norte	1.290	1,2	1.441	1,3	11,7	8,7
Sergipe	797	0,7	834	0,7	4,6	1,8
Nordeste	17.651	16,5	19.031	16,7	7,8	4,9
Norte	6.214	5,8	7.042	6,2	13,3	10,2
Sudeste	52.215	48,9	56.641	49,6	8,5	5,5
Minas Gerais	10.592	9,9	11.536	10,1	8,9	6,0
Espírito Santo	2.201	2,1	2.505	2,2	13,8	10,7
Sul	20.851	19,5	20.805	18,2	-0,2	-2,9
Centro-Oeste	9.865	9,2	10.616	9,3	7,6	4,7
Brasil	106.796	100,0	114.136	100,0	6,9	4,0

Fonte: Elaboração Banco do Nordeste / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

Tabela 2 - Participação setorial (%) na arrecadação de ICMS dos estados e Nordeste - Primeiro trimestre de 2018

Estado/Região	Primário	Secundário	Terciário	Energia	Petróleo	Dívida Ativa e Outras
Alagoas	0,04	34,2	41,7	11,9	10,5	1,6
Bahia	0,5	25,5	37,3	10,6	23,1	3,0
Ceará	0,1	20,2	39,0	12,6	24,6	3,5
Maranhão	0,5	14,8	41,1	12,3	27,4	3,9
Paraíba	0,1	14,1	45,9	12,8	22,8	4,3
Pernambuco	0,1	16,4	53,2	11,6	17,6	1,1
Piauí	7,1	14,7	34,1	12,3	31,6	0,1
Rio Grande do Norte	1,6	14,5	44,7	10,4	28,9	n.d.
Sergipe	4,7	23,1	40,5	10,1	20,3	1,3
Nordeste	0,9	20,3	42,3	11,5	22,6	2,3

Fonte: Elaboração Banco do Nordeste / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados - FPE e do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados, sendo 21,5% dos dois tributos destinado para o FPE e 24,5% para o FPM. Dos valores distribuídos para os fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos. Ressalte-se que as unidades federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE no País totalizou R\$ 19,7 bilhões no primeiro bimestre de 2018, ante R\$ 18,0 bilhões no mesmo período de 2017, conforme especificado na Tabela 3. O crescimento real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +6,6%. Os estados do Nordeste receberam 37,1% do total do FPE nos três primeiros meses de 2018, ou seja, R\$ 10,3 bilhões, aumento real de +6,3% em comparação com o mesmo período de 2017 (R\$ 9,4 bilhões).

Todas as unidades federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPE nos três primeiros meses de 2018, em comparação com iguais meses de 2017. Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco receberam 58,7% do FPE destinado ao Nordeste. Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe ficaram com 41,3%, conforme especificado na Tabela 1.

O FPM no País somou R\$ 20,6 bilhões nos três primeiros meses de 2018, ante R\$ 18,8 bilhões em igual período de 2017 (Tabela 3). O crescimento real foi +6,6%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 7,3 bilhões, correspondendo a 35,4% do total do País, significando crescimento real de +6,1% em comparação com o primeiro trimestre de 2017 (R\$ 6,7 bilhões), vide Tabela 3.

Todas as unidades federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPM em 2018, em comparação com 2017. Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco receberam 65,9% do FPM destinado ao Nordeste. Alagoas, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe ficaram com 34,1% dessas transferências (Tabela 3).

O FPM destinado para as capitais do País atingiu R\$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2018, aumento de +6,6% em termos reais, em relação a 2017. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou R\$ 959 milhões, representando 46,6% do total dessas transferências, implicando crescimento real de 3,4% ante o primeiro trimestre de 2017. Fortaleza, Recife, Salvador, São Luis e Teresina receberam 70,1% do total destinado às capitais do Nordeste. Aracaju, João Pessoa, Maceió e Natal ficaram com 29,9% desses recursos (Tabela 3).

Registre-se que Maceió e Salvador tiveram reduções em seus valores, em função do crescimento de suas respectivas rendas per capita. Em Aracaju verificou-se o oposto, ou seja, sua renda per capita caiu e seu coeficiente aumentou em 12,8%.

Tabela 3 - FPE e FPM - Brasil, Nordeste e estados selecionados - Primeiro trimestre de 2017 e 2018

Estados/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS		PREVISÕES 2018: Abril a Junho		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	FPE	FPM	FPM Capitais
Alagoas	749	825	449	468	101	89	786	447	85
Bahia	1.686	1.840	1.753	1.894	162	160	1.755	1.806	152
Ceará	1.316	1.436	935	1.025	162	178	1.369	978	169
Maranhão	1.296	1.415	782	867	101	111	1.350	827	106
Paraíba	859	939	591	647	65	71	896	617	68
Pernambuco	1.238	1.352	926	1.015	102	112	1.289	968	107
Piauí	776	851	500	548	101	111	811	523	106
Rio Grande do Norte	750	818	466	511	58	64	780	487	61
Sergipe	745	812	274	308	52	64	775	294	61
Nordeste	9.416	10.288	6.676	7.284	902	959	9.811	6.947	914
Norte	4.563	5.020	1.648	1.830	456	524	4.787	1.746	500
Sudeste	1.529	1.691	5.861	6.428	239	266	1.613	6.131	254
Minas Gerais	272	304	331	368	29	11	290	351	11
Espírito Santo	800	882	2.470	2.706	97	33	841	2.581	32
Sul	1.168	1.271	3.277	3.591	135	148	1.212	3.425	141
Centro-Oeste	1.291	1.417	1.342	1.471	149	163	1.352	1.403	156
Brasil	17.968	19.688	18.804	20.603	1.880	2.060	18.776	19.650	1.965

Fonte: Elaboração Banco do Nordeste / ETENE, com dados da STN.

11. Intermediação Financeira

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional atingiu R\$ 3.081,6 bilhões em março, implicando leve crescimento de 0,1% no acumulado dos últimos 12 meses e recuo de 0,1% no primeiro trimestre de 2018 (Gráfico 1). Nesse cenário, a relação crédito/PIB declinou para 46,6%, comparativamente a 48,5% em março de 2017, conforme dados divulgados pelo Banco Central-BACEN.

O saldo da carteira de pessoas físicas alcançou R\$ 1.669,0 bilhões em março de 2018. A expansão ocorrida nesse segmento (+5,9% em 12 meses e +1,2% no primeiro trimestre de 2018) não foi suficiente para contrabalançar a queda na carteira de pessoas jurídicas (-6,0% em 12 meses e -2,0% no primeiro trimestre de 2018). Assim, o saldo de pessoas jurídicas caiu para R\$ 1.412,5 bilhões.

O declínio de recursos direcionados tem sido expressivo (-3,3% nos últimos 12 meses e -1,0% no primeiro trimestre de 2018), contribuindo, assim, para o desempenho do crédito no País, particularmente na carteira de pessoas jurídicas. Nos recursos direcionados, a carteira de pessoas jurídicas apresentou queda de 11,9% nos últimos 12 meses, bem como recuo de 3,4% no 1º trimestre de 2018. Os recursos livres, por sua vez, aumentaram nos últimos 12 meses (+3,6%), e nos três primeiros meses de 2018 (+0,3%), principalmente em razão da expansão do crédito de modalidade pessoa física, que registrou expansão de +6,5% nos últimos 12 meses e +1,3% no acumulado de 2018.

A taxa média geral de juros do crédito do sistema financeiro em fevereiro situou-se em 26,2% a.a., 0,7 ponto percentual (p.p.) abaixo, em relação a janeiro de 2018, representando, ainda, retração de -5,9 p.p. em 12 meses. O spread médio das operações contratadas, que representa a diferença entre o custo de captação de recursos e a realização de operações de crédito, situou-se em 20,0%, sinalizando trajetória de queda nos últimos 12 meses (-3,8 p.p.).

Regionalmente, consideradas as operações acima de R\$ 1 mil, ocorreu expansão no saldo de crédito, no acumulado dos últimos 12 meses, no Norte (+9,9%, R\$ 119,5 bilhões), Centro-Oeste (+3,9%, saldo de R\$ 343,9 bilhões), Sul (+2,8%, saldo de R\$ 566,9 bilhões) e Nordeste (+1,1%, saldo de R\$ 402,0 bilhões). Por outro lado, ocorreu retração no Sudeste (-1,6%, R\$ 1.604,0 bilhões).

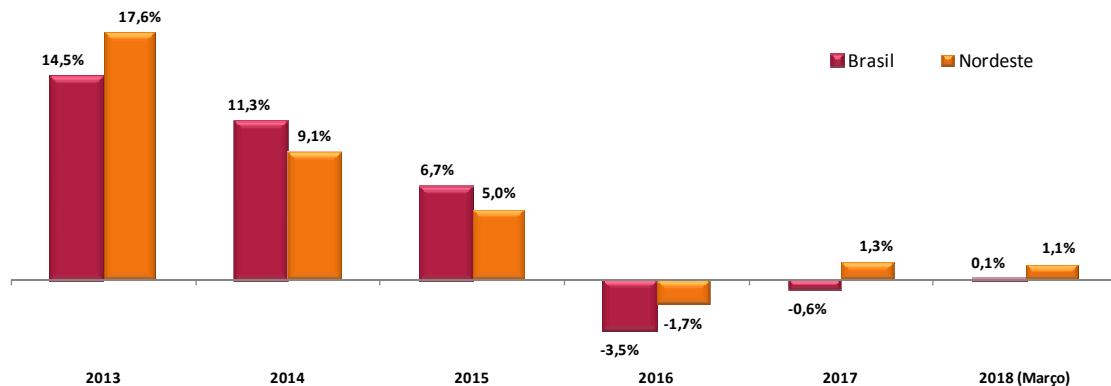
Especificamente no Nordeste, o saldo de crédito alcançou R\$ 402,0 bilhões, representando elevação de 1,1% nos últimos 12 meses e declínio de -0,3% no primeiro trimestre de 2018. As operações de crédito destinadas para pessoas físicas aumentaram 6,8% nos últimos 12 meses e 1,1% nos três primeiros meses de 2018. Quanto ao crédito para pessoas jurídicas, cujos recursos são essencialmente direcionados para a produção (investimentos e capital de giro), verificou-se recuo de 7,9% em 12 meses e -3,0% no primeiro trimestre de 2018.

Entre os estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, o saldo das operações de crédito nos últimos 12 meses foi crescente no Piauí (+6,2%), Ceará (+3,5%), Paraíba (3,4%), Espírito Santo (+3,2%), Pernambuco (+2,4%), Alagoas (+2,1%) Sergipe (+1,6%), Minas Gerais (+1,1%), Maranhão (1,0%) e Rio Grande do Norte (+0,9%). Somente a Bahia (-2,8%) apresentou resultado negativo. Em relação ao primeiro trimestre de 2018, somente o Espírito Santo (+4,3%) registrou crescimento expressivo, conforme especificado no Gráfico 2.

A taxa de inadimplência regional alcançou +4,12% em março ante +3,28% no País. Na área de atuação do Banco do Nordeste, Piauí (+5,70%), Alagoas (+5,57%) e Ceará (+4,67%) apresentaram inadimplências acima da média regional. Bahia (+3,97%), Paraíba (3,81%), Sergipe (+3,76%), Rio Grande do Norte (3,71%), Pernambuco (+3,65%),

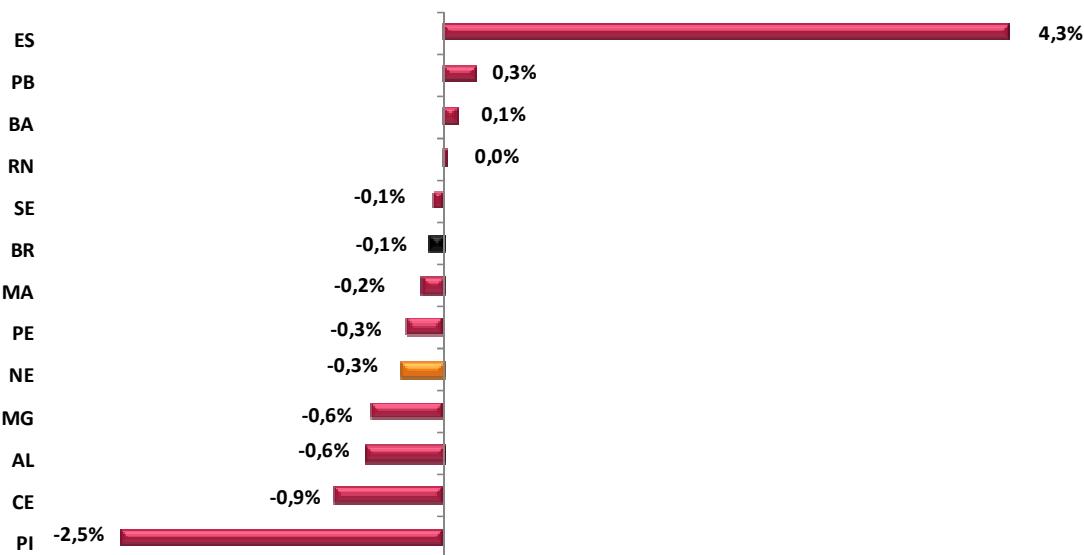
Espírito Santo (+3,58%), Maranhão (+3,55%) e Minas Gerais (+3,32%) registraram inadimplência abaixo da média do Nordeste, porém, acima da nacional.

Gráfico 1 - Variação (%) do saldo de crédito no Brasil e Nordeste (1)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central. Nota: (1) A variação de 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em março.

Gráfico 2 - Variação (%) do saldo de crédito no Brasil, Nordeste e em estados selecionados - Acumulado no primeiro trimestre de 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

12. Índices de Preços

O índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Brasil aumentou 0,09% em março, ante 0,32% em fevereiro. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice caiu para 2,68%, ficando abaixo dos 2,84% registrados até fevereiro, nesta mesma base de comparação, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Portanto, a inflação do País encontra-se atualmente abaixo do piso da meta (3,0%) estabelecido pelo Banco Central para 2018. A meta da inflação é de 4,5%, com o teto podendo atingir 6,0% no corrente ano. Para 2019, a meta de inflação do País é de 4,25%, com intervalos de tolerância de 1,50% para mais e para menos.

A inflação brasileira foi a mais baixa para o mês de março desde a implantação do Plano Real. Os incrementos mais expressivos ocorridos em março foram nos Grupos Saúde e Cuidados Pessoais (+0,48%), Vestuário (+0,33%) e Educação (+0,28%). Por outro lado, os Grupos Comunicação (-0,33%) e Transportes (-0,25%) apresentaram declínios.

Nos últimos 12 meses, os Grupos que mais pressionaram a inflação no País foram Saúde e Cuidados Pessoais (+5,88%), Transportes (+5,60%), Educação (+5,15%) e Habitação (+4,13%). Em contraposição, Alimentos e Bebidas (-1,64%) e Artigos de Residência (-1,03%) registram declínio no período em análise (Tabela 1).

O IPCA do Nordeste caiu 0,17% em março, ante incremento de 0,34% em fevereiro. No acumulado dos últimos 12 meses terminados em março, o índice regional apresentou desaceleração de 1,65%, ficando abaixo dos 2,17% registrados nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro.

A redução inflacionária no Nordeste em março decorreu em função da diminuição nos preços no Grupo Alimentação e Bebidas (-0,69%) e Transportes (-0,73%). No Grupo Alimentação e Bebidas, a redução mais expressiva ocorreu no subgrupo alimentação no domicílio. No Grupo Transportes, as maiores quedas vieram dos itens combustíveis e transporte público. Por sua vez, os Grupos Saúde e Cuidados Pessoais (+0,86%), Educação (+0,64%) e Habitação (+0,23%) apresentaram incrementos de preços em março.

Nos últimos 12 meses, o IPCA do Nordeste registrou 1,65%, abaixo, portanto, da média nacional (2,68%). Na verdade, verificou-se que a Região apresentou inflação abaixo do nível nacional em seis dos nove grupos pesquisados pelo IBGE (Tabelas 1 e 2). Os Grupos Educação (+5,80%), Saúde e Cuidados Pessoais (+5,60%), Habitação (+4,78%) e Transportes (+4,24%) registraram os maiores acréscimos. Por outro lado, Alimentação e Bebidas (-3,39%) e Artigos de Residência (-2,64%) apresentaram deflação no período considerado (Tabela 1).

As capitais do Brasil com os maiores índices inflacionários nos últimos 12 meses foram Goiânia (3,81%), São Paulo (3,54%), Brasília (3,13%), Curitiba (2,85%), Rio de Janeiro (2,82%), Porto Alegre (2,73%) e Recife (2,16%). Salvador (1,47%) situou-se em décimo e Fortaleza (1,25%) em décimo primeiro. Campo Grande (1,11%) e Belém (0,97%) obtiveram as menores variações de preços. Atualmente, o IBGE realiza a pesquisa em 13 capitais.

Os grupos Saúde e Cuidados Pessoais, Educação, Habitação, Transportes e Vestuário foram os que mais pressionaram os índices de preços nas capitais do Nordeste nos últimos 12 meses. Alimentação e Bebidas e Artigos de Residência, por sua vez, têm apresentado deflação nas cidades nordestinas pesquisadas (Tabela 2).

Tabela 1 - Variação (%) do IPCA e grupos no Brasil e Nordeste - 2014 a 2018⁽¹⁾

IPCA - Grupo Pesquisado	2014		2015		2016		2017		2018	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação e Bebidas	8,00	6,80	12,00	13,40	8,61	10,00	-1,87	-2,58	-1,64	-3,39
Habitação	8,80	10,30	18,30	12,50	2,84	6,29	6,26	7,00	4,13	4,78
Artigos de Residência	5,50	5,50	5,40	5,20	3,41	5,87	-1,48	-3,23	-1,03	-2,64
Vestuário	3,60	2,90	4,50	3,20	3,54	3,94	2,88	3,31	2,45	3,37
Transportes	3,80	2,70	10,20	10,90	4,24	3,24	4,10	5,54	5,60	4,24
Saúde e Cuidados Pessoais	7,00	7,00	9,20	9,10	11,05	11,51	6,52	5,59	5,88	5,60
Despesas Pessoais	8,30	7,50	9,50	10,40	8,01	7,50	4,39	3,86	3,51	3,00
Educação	8,50	7,90	9,20	8,90	8,87	7,69	7,11	8,03	5,15	5,80
Comunicação	-1,50	-0,40	2,10	3,10	1,27	0,95	1,76	1,63	0,92	0,85
Geral	6,40	6,00	10,70	10,40	6,29	7,19	2,95	2,55	2,68	1,65

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE. Nota: (1) A variação em 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em março.

Tabela 2 - Variação (%) do IPCA e grupos no Nordeste e capitais selecionadas

IPCA - Grupo Pesquisado	Variação (%) em Março 2018			Variação (%) em 2018			Variação (%) em 12 Meses			Variação no Nordeste (%)		
	Fortaleza	Recife	Salvador	Fortaleza	Recife	Salvador	Fortaleza	Recife	Salvador	Março	Em 2018	Em 12 Meses
Alimentação e Bebidas	-0,52	-0,53	-0,89	-0,29	-0,18	-0,18	-4,57	-3,23	-2,95	-0,69	-0,20	-3,39
Habitação	0,45	0,11	0,20	0,13	-1,66	-1,00	4,98	6,55	3,45	0,23	-0,96	4,78
Artigos de Residência	0,10	0,57	-0,27	-0,07	0,52	-0,40	-1,12	-2,73	-3,30	0,08	-0,04	-2,64
Vestuário	0,30	0,96	-0,78	-1,00	-0,33	-1,62	4,31	4,45	2,20	0,01	-1,07	3,37
Transportes	0,83	-2,05	-0,57	1,52	-0,84	3,23	4,75	4,38	3,80	-0,73	1,55	4,24
Saúde e Cuidados Pessoais	1,03	0,64	0,93	1,61	1,41	1,21	6,49	5,58	5,21	0,86	1,36	5,60
Despesas Pessoais	0,02	-0,49	-0,06	0,37	-0,03	0,01	1,79	3,29	3,37	-0,18	0,08	3,00
Educação	1,52	0,19	0,53	6,06	5,13	4,74	7,10	5,34	5,51	0,64	5,15	5,80
Comunicação	-0,19	-0,26	-0,14	-0,07	-0,22	0,13	0,04	0,49	1,45	-0,19	-0,03	0,85
Índice Geral	0,23	-0,31	-0,27	0,57	-0,01	0,63	1,25	2,16	1,47	-0,17	0,41	1,65

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

13. Cesta Básica

O custo do conjunto de alimentos essenciais caiu 0,4% no Brasil em março de 2018, tendo declinado 1,2% no primeiro trimestre de 2018 e 5,1% no acumulado dos últimos 12 meses, conforme especificado na Tabela 1. As informações são provenientes da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE.

Em março de 2018, a cesta básica também caiu nas regiões Nordeste (-2,4%) e Centro-Oeste (-0,3%). Por outro lado, as cestas do Sul (+1,1%), Norte (+0,2%) e Sudeste (+0,2%) registraram alta (Tabela 1). No primeiro trimestre de 2018, o Sudeste (+1,2%) e o Sul (+0,2%) apresentaram crescimento em suas cestas. Norte (-6,1%), Nordeste (-3,4%) e Centro-Oeste (-3,1%) registraram reduções.

Todas as regiões apresentaram recuo no preço da cesta básica em 12 meses: Norte (-8,4%), Centro-Oeste (-7,6%), Nordeste (-4,6%), Sudeste (-4,1%) e Sul (-3,9%), vide Tabela 1.

Em termos de valores monetários, a cesta mais cara permanece sendo a do Sudeste (R\$ 437,82), seguida do Sul (R\$ 417,45) e a do Brasil (R\$ 400,21). Centro-Oeste (R\$ 389,91), Norte (R\$ 366,73) e Nordeste (R\$ 350,06) permanecem com as cestas mais baratas (Tabela 1).

Dentre as capitais pesquisadas (20), as reduções mais expressivas em março foram registradas em Salvador (-4,1%), Recife (-3,8%) e Belém (-3,2%). As maiores taxas positivas foram anotadas em Campo Grande (+2,6%) e Curitiba (+2,2%). Seguem as variações nas demais capitais do Nordeste: Fortaleza (-1,6%), Natal (-1,6%), João Pessoa (-1,2%), São Luis (-1,0%) e Aracaju (-0,5%). A pesquisa não foi realizada em Maceió e Teresina.

No primeiro trimestre de 2018, apenas Recife apresentou crescimento no custo da cesta básica (+0,8%). Salvador (-6,2%), Fortaleza (-4,2%), João Pessoa (-3,2%), Aracaju (-2,1%) e São Luis (-0,7%) obtiveram reduções.

No acumulado de 12 meses, nenhuma capital obteve incremento da cesta básica no Nordeste. As maiores reduções foram verificadas em Salvador (-7,6%), João Pessoa (-5,4%) e São Luis (-4,6%). Os declínios nas outras capitais foram: Fortaleza (-3,1%), Recife (-3,0%), Aracaju (-2,9) e Natal (-2,7%).

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 389,00). Seguem: São Luís (R\$ 355,22), João Pessoa (R\$ 349,83), Natal (R\$ 343,23), Recife (R\$ 342,46), Aracaju (R\$ 339,77) e Salvador (R\$ 322,88).

Os alimentos que mais contribuíram para a redução do valor da cesta básica no Brasil, em março, foram arroz/farinha/batata (-7,7%), açúcar/café/óleo (-5,3%) e tomate (-2,8%). No Nordeste, cabe mencionar a redução de preço do tomate (-11,6%), açúcar/café/óleo (-8,3%), feijão (-3,1%) e carne (-1,4%). Inversamente, o preço da banana cresceu 2,2%.

Especificamente nas capitais nordestinas, os alimentos da cesta básica que apresentaram as maiores variações de preços em março foram: banana (+10,4%) em João Pessoa e carne (+2,6%) em Aracaju. Por outro lado, os produtos que apresentaram variações negativas expressivas foram tomate (-20,1%) em Recife, feijão (-6,2%) em Salvador e carne (-3,6%) em Fortaleza.

As maiores variações no primeiro trimestre de 2018 ocorreram no tomate (+53,1%) em Natal, carne (+2,8%) e pão (+2,7%) em Aracaju. As reduções mais expressivas foram verificadas no feijão (-49,1%) em Fortaleza, banana (-16,0%) em Salvador, leite (-13,1%) em São Luis e carne (-7,5%) em Fortaleza.

As maiores variações em 12 meses ocorreram no preço do tomate (+14,5%) em Natal, banana (+8,6%) em Recife e pão (+3,5%) em Salvador. As maiores retrações foram verificadas no preço do feijão (-49,7%) em Fortaleza, banana (-15,8%) em Salvador e leite (-13,5%) em Recife.

Tabela 1 - Valor (R\$) e variação (%) da cesta básica no Brasil e regiões

Valor (R\$) da Cesta Básica no Brasil e Regiões - 2017/2018							
Período		Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
2017	Jan	412,96	400,12	371,71	412,91	438,15	424,69
	Fev	401,18	383,66	363,84	400,82	426,29	411,62
	Mar	406,35	381,03	369,89	402,73	434,45	413,33
	Abr	418,14	383,84	381,34	412,57	447,73	433,55
	Mai	418,04	386,29	375,15	409,15	451,92	430,81
	Jun	405,88	378,27	372,65	397,60	433,01	418,09
	Jul	407,38	372,56	370,60	396,33	438,19	425,04
	Ago	393,81	365,26	354,63	385,99	423,04	413,53
	Set	384,82	361,36	339,66	375,45	416,43	404,91
	Out	388,19	356,48	337,28	378,49	424,24	414,18
	Nov	382,76	351,00	335,76	373,07	416,42	409,62
	Dez	384,43	351,20	338,05	372,78	420,63	400,27
2018	Jan	403,80	360,74	358,66	397,15	439,86	421,56
	Fev	401,81	366,09	358,83	391,10	437,04	412,86
	Mar	400,21	366,73	350,06	389,91	437,82	417,45
Período		Variação da Cesta Básica (%)					
Março 2018		0,2	-2,4	-0,3	0,2	1,1	-0,4
Em 2018		-6,1	-3,4	-3,1	1,2	0,2	-1,2
Em 12 meses		-8,4	-4,6	-7,6	-4,1	-3,9	-5,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.